



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS  
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**JOSÉ EVANDRO DE AQUINO**

**INSEGURANÇA ALIMENTAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA:** Particularidades do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) durante a pandemia de COVID-

19

**SOUSA PB**

**2023**

**JOSÉ EVANDRO DE AQUINO**

**INSEGURANÇA ALIMENTAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA: Particularidades do  
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) durante a pandemia de COVID-**

19

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande – (CCJS), como requisito parcial para obtenção de título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Ma. Nilma Angélica dos Santos

**SOUSA PB**

**2023**

A657i

Aquino, José Evandro de.

Insegurança alimentar na Educação Básica: particularidades do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) durante a pandemia de COVID-19 / José Evandro de Aquino – Sousa, 2023.

60 f. : il. color.

Monografia (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, 2023.

"Orientação: Profa. Dra. Nilma Angélica dos Santos."

Referências.

1. Educação Básica – Políticas Públicas. 2. Insegurança Alimentar. 3. PNAE. 4. COVID-19. I. Santos, Nilma Angélica dos. II. Título.

CDU 37.014.5(043)


**JOSÉ EVANDRO DE AQUINO**

**INSEGURANÇA ALIMENTAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA:** Especificidades do Programa Nacional de Alimentação escolar (PNAE) durante a pandemia de COVID-

19

Aprovado em: 26 de outubro de 2023

**BANCA EXAMINADORA:**


Documento assinado digitalmente  
 **NILMA ANGELICA DOS SANTOS**  
Data: 27/11/2023 12:35:51-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof.<sup>a</sup> Ma. Nilma Angélica dos Santos

**ORIENTADORA**

Universidade Federal de Campina Grande


Documento assinado digitalmente  
 **FRANCIELE DA SILVA SANTOS**  
Data: 27/11/2023 16:20:00-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof.<sup>a</sup> Ma. Franciele da Silva Santos

**EXAMINADORA**

Universidade Federal de Campina Grande

Documento assinado digitalmente  
 **JULIANA E SILVA DE OLIVEIRA**  
Data: 27/11/2023 20:39:47-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof.<sup>a</sup> Ma. Juliana e Silva de Oliveira

**EXAMINADORA**

Universidade Federal de Campina Grande

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus por ter me mantido firme nos estudos, mesmo em momentos de muito cansaço devido ao estudo, ao trabalho e aos cuidados com a família. Pela fé que tenho em seu poder e misericórdia, pois me mantém sempre firme e forte na busca pelos meus objetivos.

Agradeço a minha mãe Zulmira, por ter sido durante toda a minha vida o meu porto seguro, que apesar de todas as dificuldades e desafios que a vida nos impôs ela esteve sempre firme e disposta a enfrentá-los. Ela foi minha mãe, meu pai, minha companheira de vida, meu tudo. Admiro demais essa mulher tão guerreira que sempre será meu exemplo de vida e inspiração.

A minha esposa Jocivania, por ser uma ótima companheira, além de mulher incrível e uma mãe maravilhosa. Agradeço a compreensão nos momentos que fiquei ausente da família para me dedicar ao estudo, por ter acreditado junto comigo que esse sonho seria possível e ter me incentivado desde o início.

Aos meus três filhos Felipe Tomás de Aquino e Silva, Francisco Kaio de Aquino Silva, e Tomaz de Aquino Silva, pela satisfação que eles me dão em ser pai, e ter forças para continuar dando o melhor de mim em tudo que faço e continuar sempre pensando no futuro deles.

Aos meus irmãos e irmãs Francisco Tomaz de Aquino, Maria de Fátima Aquino, Geralda Ferreira de Aquino, Maria do Socorro Tomaz de Aquino, Tomaz de Aquino, José Tomaz de Aquino, Antônio Ferreira de Aquino, Manoel Messias Ferreira de Aquino, Francisca Ferreira de Aquino, e Adriano Ferreira de Aquino. Por me incentivarem e acreditarem sempre que esse sonho seria possível.

A minha amiga que admiro muito Letícia Bandeira Matias de Oliveira, pela ótima parceria nos trabalhos acadêmicos e por ter me abraçado como amigo desde o início do curso, serei sempre grato.

Agradeço a Hellen Raquel Ferreira de Amorim, e Ivanyr Nayara Mascena Veras, pela grande parceria nos estágios supervisionados I e II, onde foi possível obter aprendizados e uma amizade que levarei para sempre na minha vida.

Em nome de Maysa Nobre Menandro, com a sua alegria contagiante agradeço a todos e todas da turma (2019.1) pela amizade, parceria e compreensão durante todo o curso.

Em nome da professora Franciele da Silva Santos, agradeço a todo corpo docente da UFCG, como também a todos que fazem parte da instituição, pela amizade e pelo grande aprendizado repassado ao longo do curso.

Agradeço imensamente ao grande amigo Jarbas Martins de Carvalho, por ter me incentivado a voltar a estudar, sendo uma pessoa incrível que admiro muito.

A minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Ma. Nilma Angélica dos Santos, pelas orientações e grandes ensinamentos e profissionalismo, serei sempre grato.

Por fim, agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram com a realização desse sonho.

## **FOME**

**Eu procurei entender  
qual a receita da fome,  
quais são seus ingredientes,  
a origem do seu nome.  
Entender também por que  
falta tanto o “de comê”,  
se todo mundo é igual,  
chega a dar um calafrio  
saber que o prato vazio  
é o prato principal.**

**Do que é que a fome é feita  
se não tem gosto nem cor  
não cheira nem fede a nada  
e o nada é seu sabor.  
Qual o endereço dela,  
se ela tá lá na favela  
ou nas brenhas do sertão?  
É companheira da morte  
mesmo assim não é mais forte  
que um pedaço de pão.**

**Que rainha estranha é essa  
que só reina na miséria,  
que entra em milhões de lares  
sem sorrir, com a cara séria,  
que provoca dor e medo  
e sem encostar um dedo  
causa em nós tantas feridas.**

**A maior ladra do mundo  
que nesse exato segundo  
roubou mais algumas vidas.**

**Continuei sem saber  
do que é que a fome é feita,  
mas vi que a desigualdade  
deixa ela satisfeita.  
Foi aí que eu percebi:  
por isso que eu não a vi  
olhei pro lugar errado**

*ela tá em outro canto  
entendi que a dor e o pranto  
eram só seu resultado.*

*Achei seus ingredientes  
na origem da receita,  
no egoísmo do homem,  
na partilha que é malfeita.  
E mexendo um caldeirão  
eu vi a corrupção  
cozinhando a tal da fome,  
temperando com vaidade,  
misturando com maldade  
pro pobre que lhe consome.*

*Acrescentou na receita  
notas superfaturadas,  
um quilo de desemprego,  
trinta verbas desviadas,  
rebolou no caldeirão  
vinte gramas de inflação  
e trinta escolas fechadas.*

*Sendo assim, se a fome é feita  
de tudo que é do mal,  
é consertando a origem  
que a gente muda o final.  
Fiz uma conta, ligeiro:  
se juntar todo o dinheiro  
dessa tal corrupção,  
mata a fome em todo canto  
e ainda sobra outro tanto  
pra saúde e educação.*

*Bráulio Bessa*



## RESUMO

O presente trabalho objetivou investigar a relação entre Insegurança Alimentar na Educação Básica e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com propósito de compreender os impactos da pandemia de COVID-19 na alimentação dos estudantes das escolas públicas. Objetivou-se ainda analisar os impactos da insegurança alimentar na educação básica, com o propósito de verificar a importância da alimentação escolar na educação básica, além de compreender a relação entre merenda escolar e pandemia de COVID-19, e examinar barreiras e preocupações relacionadas à merenda escolar. Dessa forma, foi utilizado como método para coleta de dados a pesquisa bibliográfica, através do estudo levantado no referencial teórico sobre a insegurança alimentar na educação básica e as particularidades do PNAE durante a pandemia de COVID-19. Os resultados da análise de dados reforçam a importância de oferecer aos estudantes acesso a uma alimentação escolar adequada favorecendo o uso de kits de alimentação aos estudantes. A pandemia evidenciou a necessidade de políticas públicas para o combate à fome. No entanto, é necessário rever a merenda escolar com kits de alimentação no período pandêmico no que diz respeito à universalidade, que é um dos princípios do PNAE. Enfim, por meio da pesquisa realizada e das sugestões apresentadas foi possível confirmar que ao estudar melhor a relação entre insegurança alimentar na educação básica e o PNAE, foi prudente o uso de kits de alimentação durante o ensino remoto, desde que tivesse contemplado todos os estudantes matriculados nas escolas da rede pública de ensino. Com isso a suspensão das aulas presenciais resultou na perda desse suporte alimentar essencial, expondo as vulnerabilidades existentes na sociedade, as disparidades regionais e urbanas também são ressaltadas, além da necessidade de investimentos na agricultura familiar, para garantir que as pessoas tenham acesso a alimentos saudáveis e nutritivos com foco na sustentabilidade.

**PALAVRAS-CHAVES:** Insegurança Alimentar; Educação Básica; PNAE; COVID-19.

## ABSTRACT

The present work aimed to investigate the relationship between Food Insecurity in Basic Education and the National School Meal Program (PNAE) with the purpose of understanding the impacts of the COVID-19 pandemic on the nutrition of students in public schools. The objective was also to analyze the impacts of food insecurity on basic education, with the purpose of verifying the importance of school meals in basic education, in addition to understanding the relationship between school meals and the COVID-19 pandemic, and examining barriers and concerns related to school lunch. Thus, bibliographical research was used as a method for data collection, through the study raised in the theoretical framework on food insecurity in basic education and the particularities of the PNAE during the COVID-19 pandemic. The results of the data analysis reinforce the importance of offering students access to adequate school meals, encouraging the use of student meal kits. The pandemic highlighted the need for public policies to combat hunger. However, it is necessary to review school meals with food kits during the pandemic period with regard to universality, which is one of the principles of the PNAE. Finally, through the research carried out and the suggestions presented, it was possible to confirm that by better studying the relationship between food insecurity in basic education and the PNAE, it was prudent to use food kits during remote teaching, as long as it covered all students enrolled in public schools. As a result, the suspension of face-to-face classes resulted in the loss of this essential food support, exposing existing vulnerabilities in society. Regional and urban disparities are also highlighted, in addition to the need for investments in family farming, to ensure that people have access to healthy food. and nutritious foods with a focus on sustainability.

**Keywords:** Food Insecurity; Basic education; PNAE; COVID-19.

## LISTA DE SIGLAS

BCB: Banco Central do Brasil

CAE: Conselho de Alimentação Escolar

CCJS: Centro de Ciências Jurídicas e Sociais

CF: Constituição Federal

CONSEA: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

DHAA: Direito humano à alimentação adequada

ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente

FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IA: Insegurança Alimentar

ISAN: Insegurança Alimentar e Nutricional

ONGs: Organizações não Governamentais

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PENSSAN: Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar

SAN: Segurança Alimentar e Nutricional

SEB: Secretaria de Educação Básica

## LISTA DE GRÁFICOS

|            |    |
|------------|----|
| GRÁFICO 1: | 16 |
| GRÁFICO 2: | 39 |
| GRÁFICO 3: | 48 |

## SUMÁRIO

|          |   |    |
|----------|---|----|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO</b>   | 12 |
| <b>2</b> | <b>PANORAMA SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN)</b>   | 16 |
| 2.1      | Insegurança alimentar na educação básica e os impactos da pandemia de COVID-19                                      | 19 |
| 2.2      | Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) com <i>kits</i> de alimentação  | 23 |
| <b>3</b> | <b>INSEGURANÇA ALIMENTAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS</b>  | 27 |
| 3.1      | Contextualizando a insegurança alimentar na educação básica   | 29 |
| 3.2      | Vulnerabilidade socioeconômica na educação básica   | 31 |
| 3.3      | Contexto da merenda escolar   | 33 |
| <b>4</b> | <b>O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)</b>  | 36 |
| 4.1      | Breve histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)  | 39 |
| 4.2      | A questão da insegurança alimentar na educação básica em relação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) | 41 |
| 4.3      | Contribuições da merenda escolar para estudantes de baixa renda   | 43 |
| <b>5</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>   | 48 |
|          | <b>REFERÊNCIAS</b>  | 54 |

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho com o tema Insegurança alimentar na educação básica, é pautado em trabalhos como: escolas do campo e infraestrutura: aspectos legais, precarização e fechamento; Alimentação escolar e agricultura familiar: análise de recursos empregados na compra de alimentos; Insegurança alimentar e fatores sociais, econômicos e nutricionais em estudantes de escolas rurais; Programa nacional de alimentação escolar (PNAE): Contribuição na alimentação saudável escolar e promoção da agricultura familiar; A atuação de nutricionistas no PNAE e seus efeitos sobre o desempenho escolar; Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil; Políticas públicas, agricultura familiar e sustentabilidade; Desafios na execução do programa nacional de alimentação escolar durante a pandemia pela COVID-19; Segurança Alimentar e PNAE: o que mudou durante a pandemia?; Desafios da educação básica no contexto da pandemia de covid-19: impacto no desenvolvimento do currículo e na alimentação escolar. No recorte da pandemia de COVID-19.

Um tema novo em relação a pandemia de COVID-19 e com muitas lacunas entre elas a questão da vulnerabilidade socioeconômica na educação, precarização das políticas públicas, intolerância alimentar e sustentabilidade tem como justificativa pessoal a formação qualificada em Serviço social. No âmbito acadêmico, contribuir para que o Serviço Social tenha um aporte teórico fundamentado em dados reais para que o Assistente Social possa usar esses dados em sua atuação profissional, e que essa atuação seja fundamentada em parâmetros reais, seja na instituição ou campo de trabalho, e para que o Serviço Social possa desenvolver metodologias adequadas para se trabalhar com a temática proposta no estudo realizado.

Para a sociedade o estudo contribuirá para alertar a todos de que o problema existe e é uma realidade, que é muito sério, e é preciso um engajamento de toda a sociedade para enfrentar o problema, e minimizar os efeitos da fome em crianças e adolescentes na educação básica das escolas públicas de todo o Brasil.

Tendo em vista a importância do tema insegurança alimentar na educação básica e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o presente estudo, propõe a compreensão o reconhecimento do programa como uma ferramenta

essencial para garantir o direito à alimentação adequada para os/as estudantes da educação básica. A insegurança alimentar na educação básica refere-se à falta de acesso regular e adequado a alimentos nutritivos e suficientes entre os estudantes que frequentam escolas de ensino fundamental e médio.

A segurança alimentar e nutricional (SAN), é um direito que todo cidadão tem de se alimentar devidamente, respeitando particularidades e características culturais de cada região. Contudo é importante lembrar que a pandemia de COVID-19, evidenciou a volta da insegurança alimentar potencializada pela alta da inflação. Eu optei por trabalhar com essa temática na dimensão da educação básica pelo fato de presenciar o cotidiano dos estudantes das escolas públicas, observando suas dificuldades relacionadas a segurança alimentar e nutricional e pelo desejo de atuar profissionalmente na área.

O PNAE, o programa que é executado em parceria entre o governo federal, Distrito Federal, estados e municípios, por sua vez, atua de forma estratégica nesse processo, buscando enfrentar a insegurança alimentar na educação básica, e tem como objetivo garantir o acesso à alimentação adequada e saudável a todos os estudantes de escolas públicas. É fundamental ressaltar que o programa é um processo complexo, influenciado tanto pela oferta da alimentação escolar quanto pela percepção dos estudantes em relação a essa oferta (Brasil, 2009).

De forma geral, o PNAE busca atrelar as necessidades que o estudante possui em relação à alimentação escolar, fornecendo recursos financeiros para que as escolas possam oferecer refeições nutritivas, seja por meio do preparo das refeições nas próprias escolas ou através da aquisição de alimentos. Dessa forma, esse trabalho foca em estudar o programa como uma ferramenta importante para combater a insegurança alimentar, entre os/as estudantes, que muitas vezes dependem das refeições escolares como uma fonte vital de alimentação.

Diante da crise sanitária e econômica em decorrência do novo coronavírus entre os anos 2020 e 2022, um fator que permanece em evidência é a importância do PNAE na educação básica da rede pública de ensino, visto que a lei 11.947 de 2009 é a área das políticas públicas que se apresenta como a principal responsável pela segurança alimentar e nutricional dos estudantes. A ponto de garantir, mesmo que minimamente, o acesso à alimentação adequada e saudável a todos os/as estudantes de escolas públicas.

Contudo a pandemia acirrou as desigualdades sociais no Brasil, já que o PNAE não disponibilizou os *kits* de alimentação escolar a todos os alunos matriculados nas escolas da rede pública de ensino. Portanto, buscou-se no presente trabalho reunir dados/informações com o propósito de responder ao seguinte problema de pesquisa: qual é a relação entre insegurança alimentar na educação básica e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), lei 11.947 de 2009 durante a pandemia de COVID-19 no Brasil?

Nesse sentido o objetivo geral desse trabalho é investigar a relação entre insegurança alimentar na educação básica e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com propósito de compreender os impactos dos reflexos da pandemia de COVID-19, na alimentação dos estudantes das escolas públicas à medida que a pandemia do novo coronavírus apresentou desafios devido ao fechamento das escolas e às restrições de contato social para evitar a contaminação e manter os cuidados necessários.

Um dos passos a ser realizado para alcançar o objetivo geral desse trabalho foi analisar os impactos da insegurança alimentar na educação básica através de fontes extraídas de artigos e livros que tratam sobre a temática. Pretende-se também compreender a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com o intuito de verificar a importância da segurança alimentar na educação básica, a fim de investigar a relação entre merenda escolar e pandemia de COVID-19.

Diante da relação entre insegurança alimentar na educação básica e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), observa-se que os alunos dependem cada vez mais da merenda escolar. O programa se destaca pela capacidade de se ajustar a circunstâncias involuntárias, como a situação do ensino remoto para garantir o acesso à alimentação saudável. Um dos meios de diferenciação está na distribuição de *kits* de alimentação com alimentos que fazem parte da cesta básica, entregue aos estudantes das escolas da rede pública de ensino, durante o fechamento das escolas durante a pandemia de COVID-19.

Para tanto, as instituições de ensino precisaram se adaptar quanto à crise sanitária, quando fica explícito a importância da merenda escolar, quando para alguns alunos é a principal e talvez as únicas refeições do dia. Nesse contexto, as escolas forneceram os *kits* de alimentação aos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica visando garantir a segurança alimentar e nutricional por meio da



seletividade através de cadastro socioeconômico para atender as necessidades nutricionais dos estudantes (Brasil, 2020).

Para o desenvolvimento do presente trabalho foram utilizadas pesquisas bibliográficas na base de consulta de leis, livros, google acadêmico, google livros, e scielo. Devido ao problema de pesquisa ser relacionado com os impactos da pandemia COVID-19 na alimentação dos estudantes das escolas públicas, será selecionado principalmente artigos de autores que são referência na temática como: Wallace Rodrigues; Merian Correia da Silva; e Josiane Kristy Tonetto. por isso, o uso de livros e leis servirá para reforçar a base teórica e as referências bibliográficas através de suas devidas citações, também com autores referência como: Sarita Amaro; Josué de Castro; e Maria Carmelita yazbeck. Por ser um tema novo em relação a pandemia de COVID-19.

Os autores dos livros foram classificados pela quantidade de vezes que o artigo foi citado. Usamos palavras-chave relacionadas com a insegurança alimentar na educação básica e as especificidades do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para a pandemia de COVID-19.

O presente trabalho de conclusão de curso estrutura-se em três capítulos, apresentando-se no primeiro a história e definições acerca da Insegurança Alimentar e Nutricional (ISAN), além da evolução e importância dos *kits* de alimentação. No segundo capítulo será abordada a insegurança alimentar na educação básica nas escolas públicas, envolvendo concepções da insegurança alimentar, conceitos e menção a importância da merenda escolar.

Para contribuir na segurança alimentar dos estudantes esse capítulo também apresenta o contexto da merenda escolar de acordo com suas necessidades e programas. O terceiro capítulo caracteriza o estudo do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), envolvendo sua identificação, breve histórico e demais características que o compõem. Além das contribuições do programa para os estudantes de baixa renda. A pesquisa bibliográfica foi capaz de descrever o quão importante é o PNAE na alimentação escolar, além de suas limitações e necessidades.

## **2 PANORAMA SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN)**

Ao longo deste capítulo discutimos sobre a alimentação saudável, o desmonte das políticas públicas no período pandêmico, o auxílio emergencial, a insegurança alimentar e nutricional das famílias em vulnerabilidade socioeconômica e as tendências de produção agrícola. É possível perceber que a segurança alimentar e nutricional no Brasil não é prioridade dos governantes para com a população mais vulnerável do país.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) enfrentou diversos obstáculos para se adaptar durante a crise da COVID-19. Questões como logística, distribuição, orçamento e coordenação entre as diferentes esferas governamentais impactaram a capacidade do programa de alimentação aos estudantes. É importante avaliar a eficácia dessas alternativas considerando aspectos como equidade, acessibilidade e qualidade nutricional. O estudo também examinou como as desigualdades sociais preexistentes afetaram a capacidade dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica no acesso à alimentação durante a pandemia.

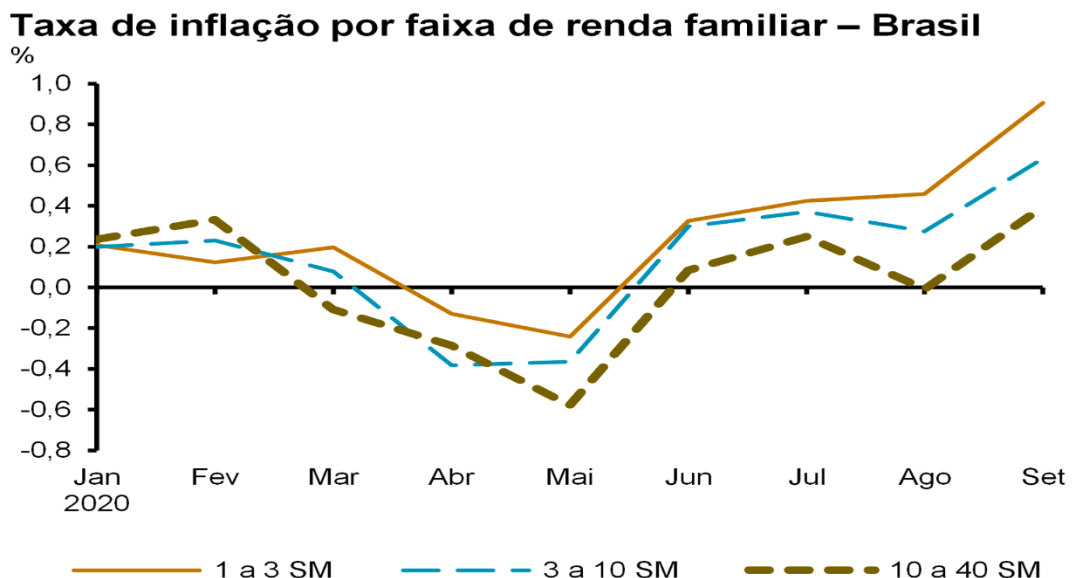
Para compreender sobre a Segurança Alimentar e Nutricional é importante destacar-se este sendo um conceito amplo e fundamental que diz respeito ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade em quantidade suficiente e de acordo com as necessidades nutricionais de cada indivíduo. Trata-se de um direito humano fundamental e essencial para garantir a saúde, o desenvolvimento e a qualidade de vida das pessoas nas escolas a partir do contexto da pandemia de COVID-19.

Cada indivíduo tem o direito fundamental de desfrutar de uma alimentação saudável de boa qualidade e em quantidade adequada de forma contínua. É essencial que essa segurança seja garantida por meio de práticas alimentares que promovam a saúde sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Todos os brasileiros têm o direito de se alimentar de maneira adequada, levando em consideração as particularidades e características culturais de cada região (Castro, 2019).

Para compreender melhor o que é Segurança Alimentar e Nutricional e sua importância, é preciso definir o conceito de forma nítida e objetiva, o art. 3º da Lei 11.346 deixa claro que a segurança alimentar e nutricional é um direito de todos ao

acesso regular e permanente a alimentos de qualidade com práticas alimentares promotoras de saúde, além de respeitar a diversidade cultural de seu povo e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil, 2006).

No Brasil, a segurança alimentar e nutricional nos últimos anos ficou comprometida com a redução do poder de compra das famílias e a alta da inflação no tocante à aquisição de alimentos devido à crise sanitária ocasionada pelo novo coronavírus. Diminuindo consideravelmente o consumo de alimentos nutricionalmente saudáveis por parte da população mais vulnerável. Como fica evidente no gráfico abaixo para quem ganha até três salários-mínimos esse índice se sobrepõe a todos os outros (BCB, 2020).



Fonte: BCB (BANCO CENTRAL DO BRASIL), 2020.

Adicionalmente, a análise evidencia inflação de alimentos mais elevada no Norte e no Nordeste, inclusive para a faixa de renda mais baixa, o que sugere algum efeito do auxílio emergencial a pessoas em situação de vulnerabilidade, mais significativo nessas regiões, sobre a demanda desses produtos. Por outro lado, a inflação de serviços é mais baixa para a faixa de renda mais alta e, principalmente, no Sul e Sudeste, em parte, pela maior participação de itens como passagem aérea, transportes por aplicativos e hospedagem, que foram impactados pela menor mobilidade. (BCB, 2020, p.1).

Com isso, a população mais vulnerável ficou à mercê de alimentos não seguros para a saúde como é o caso dos alimentos ultraprocessados devido a seu preço mais acessível, contribuindo para a Insegurança Alimentar e Nutricional (ISAN). Aliado a tudo isso a pandemia de COVID-19, evidenciou o desmonte das políticas públicas diante da omissão do Estado para com a redução da ISAN (Ribeiro-Silva, *et al.*, 2020).

Desde o início da pandemia de COVID-19 em 2020, ficou notório o crescimento significativo da insegurança alimentar e nutricional em todo o território brasileiro. Conforme explicado acima, a iniciativa do Governo Federal referente ao auxílio emergencial para a população em vulnerabilidade socioeconômica beneficiou grande parte da população brasileira. Mesmo assim, foi insuficiente para conter o crescente avanço da fome no país diante da crise sanitária e econômica do período. É sinal de que há, enfim, muito o que ser feito por parte dos governantes para conter o avanço da fome, não só diante das crises, mas, para além delas.

Essa conjuntura somada à necessidade de isolamento físico gera recuos nos rendimentos da população, em especial dos grupos mais vulneráveis, e a conseqüente queda no consumo, e o esgotamento da capacidade familiar de endividamento. O avanço de insegurança alimentar nesse cenário é dado por restrições de renda, que dificultam o acesso aos alimentos (Nunes *et al.*, 2020, p. 274).

Ao analisar as novas tendências e direções futuras sobre segurança alimentar e nutricional, podemos perceber que a agricultura industrial (agricultura mecanizada) tem alterado o modo de produção. A agricultura industrial é um modelo de produção agrícola que se caracteriza pelo uso intensivo de tecnologia, maquinaria e métodos altamente eficientes para cultivar e colher grandes quantidades de alimentos e produtos agrícolas. Este sistema agrícola difere significativamente dos métodos tradicionais, uma vez que se concentra na maximização da produtividade e na redução dos custos de produção (Embrapa, 2018).

Nos últimos anos do século XX, ocorreram mudanças significativas na estrutura de produção e na dinâmica socioeconômica das áreas rurais do Brasil, afetando diferentes formas de agricultura e ocupações em todas as regiões do país. Vários fatores desempenharam um papel crucial na formação desse novo panorama, incluindo a consolidação do modelo capitalista de produção agrícola focado na produção em grande escala (Mattei, 2015).

Além disso, a falta de investimentos na agricultura familiar tem dificultado cada vez mais esse modo de produção. No futuro é possível que a agricultura industrial seja a única modalidade de produção agrícola, favorecendo o modo de produção capitalista que se apropria do Estado na busca do lucro.

Dessa forma, a segurança alimentar e nutricional é fundamental na garantia do direito a alimentos tanto em quantidade como em qualidade e regularidade. E que

cada indivíduo tem o direito assegurado em lei a esta alimentação de forma contínua sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.

O Brasil possui desde 2006 a lei 11.346 de Segurança Alimentar e Nutricional essa lei garante o comprometimento do Estado com a manutenção da segurança alimentar da população em geral, e, principalmente da parcela mais vulnerável:

Art. 2º A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil, 2006).

No entanto, é importante lembrar que a lei de segurança alimentar e nutricional não resolve todos os problemas relacionados à fome no Brasil e que é necessário um esforço em conjunto dos governantes, autoridades e da sociedade em geral para garantir que as políticas públicas tenham eficácia no combate à fome. Em suma, de acordo com a referida lei é direito de todos, mas é preciso que os governantes façam valer esse direito essencial de forma ágil e eficaz.

## 2.1 Insegurança alimentar na educação básica e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)

Para entender sobre a situação alimentar na educação básica, é importante destacar que ao abordar essa problemática busca-se ressaltar a importância de se criar condições para que todas as crianças e adolescentes das escolas públicas tenham acesso à alimentação adequada, que seja nutritiva, saudável e sustentável. Isso não apenas contribui para o bem-estar dos/as estudantes, mas também para o desenvolvimento de sociedades mais justas e equitativas. Dessa forma é possível ter uma noção de como está o desempenho escolar comparado com a situação alimentar de cada estudante.

Conforme Soares e Roesler (2020), a escola desempenha um papel crucial ao fornecer pelo menos uma refeição às crianças e adolescentes durante o período escolar, especialmente aos mais vulneráveis, exercendo uma função fundamental na educação para a saúde. Isso inclui incentivar o consumo de alimentos nutricionalmente adequados, ou seja, alimentos que promovam a sustentabilidade para cada faixa etária (lei 11.947, de 2009), para fornecer orientações e oferecer uma alimentação de qualidade e saudável.

Além disso, a insegurança alimentar na educação básica pode agravar as desigualdades sociais existentes, perpetuando o ciclo de pobreza e limitando as oportunidades futuras dos estudantes. Portanto, é essencial abordar esse problema de forma abrangente por meio de políticas públicas, parcerias com a comunidade e estratégias educacionais que visem garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos.

Para compreender melhor a situação alimentar na educação básica e sua importância, é preciso definir o conceito de forma nítida e objetiva, observando seus benefícios e malefícios a saúde e desempenho escolar dos alunos tomando como base o histórico escolar. É necessário também compreender a situação de vulnerabilidade socioeconômica das famílias dos estudantes matriculados nas escolas públicas.

Segundo Bueno, *et al.*, (2021), os efeitos da insegurança alimentar podem se apresentar de diversas maneiras, que vão desde a desnutrição até o sobrepeso. O estado nutricional é influenciado por múltiplos fatores, incluindo a falta de acesso aos alimentos, mas também hábitos alimentares inadequados, condições socioeconômicas e de saúde. No caso de crianças e adolescentes, a disponibilidade de alimentos em casa desempenha um papel importante na manutenção de uma alimentação adequada. No entanto, fatores relacionados aos responsáveis pela aquisição dos alimentos como renda e nível educacional, são determinantes para fazer escolhas alimentares saudáveis.

No Brasil, como medida de combate à COVID-19, a partir de 23 de março de 2020, as redes de ensino municipal, estadual e federal suspenderam as aulas e atividades presenciais em todas as escolas do país. Embora essa medida fosse esperada, quando foi integrada, o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) não havia fornecido orientações nítidas sobre como as escolas deveriam

lidar com o fornecimento da alimentação escolar (Amorim, Ribeiro Junior e Bandoni, 2020).

Apesar da falta de orientações, foram adotadas medidas como a distribuição de *kits* de alimentação e ou auxílio financeiro pelas escolas para os estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. É importante ressaltar que as práticas de alimentação escolar podem variar de acordo com a região, recursos disponíveis e políticas educacionais específicas de cada localidade.

Conforme explicado acima é interessante, aliás, reconhecer as características e excepcionalidades da pandemia de COVID-19 e como ela afetou a alimentação na educação básica. Mas há um fato que se sobrepõe a essa situação, que é a insegurança alimentar dos alunos da rede pública de ensino, principalmente para os alunos de famílias de baixa renda.

As medidas adotadas para conter a insegurança alimentar na educação básica foram insuficientes para sanar a fome dos alunos matriculados nas escolas públicas, fato que explicitou um grande desafio para as políticas públicas de educação no que se refere à merenda escolar, tanto em tempos de crise como em tempos de normalidade.

A alimentação na educação básica em contexto de pandemia também apresentou desafios, como a necessidade do ensino remoto para os estudantes e para além da alimentação como a falta de interação com o isolamento social. Além da possibilidade de problemas técnicos e o não acesso as tecnologias que podem afetar a qualidade do aprendizado escolar, conforme citam Brandão, Gomes e Borges (2021, p. 2298):

No cenário de pandemia, além da escalada em números crescentes de casos e mortes, passou-se a observar a escalada também de desemprego, falência de pequenas empresas, aumento de violência doméstica, aumento da inflação, entre tantos outros problemas sociais que surgem das contradições do sistema social em que vivemos. No contexto das desigualdades sociais, surgem conseqüentemente as dificuldades de aplicação do ensino remoto como: conhecimento das Técnicas de Informação e Comunicação -TIC's; desigualdades de acesso tecnológico (conexões de internet), por questões econômicas, problemas de desenvolvimento tecnológico por regiões geográficas, diferenças de infraestrutura entre campo e cidade, periferia e centro; entre outros aspectos.

Os autores ressaltam as dificuldades evidentes diante do ensino remoto, como a falta de profissionais qualificados e assistência tecnológica como *tablets* e *notebooks* para auxiliá-los em relação aos seus estudos no período da pandemia.

Buscando estabelecer uma rotina de estudo e participando ativamente das atividades e propostas enviadas pelos professores durante o ensino remoto.

Diante desta nova realidade tem se agravado a vulnerabilidade social das famílias de estudantes da educação básica. Como a crise sanitária afetou as políticas públicas de garantia de direitos básicos para toda a sociedade, na educação básica não foi diferente. E que com o ensino remoto proposto como medida de segurança no período de pico da crise e a falta de garantias essenciais para a população evidenciaram ainda mais a desigualdade de classes que precariza cada vez mais a vida dos menos favorecidos (Silva, 2022).

Ao analisar as novas tendências e direções futuras da segurança alimentar e nutricional na educação básica, podemos perceber que o PNAE como sendo uma política pública que focaliza a importância da merenda escolar continua progredindo e se adaptando ao público atendido, bem como à agricultura familiar com a compra de alimentos. Os avanços têm permitido ampliar a abrangência do programa beneficiando cada vez mais grupos de pessoas, ao mesmo tempo em que agregam valor aos produtos adquiridos diretamente dos agricultores familiares (Libermann e Bertolini, 2015).

Além disso, a agricultura familiar promove uma alimentação saudável e o desenvolvimento regional baseado na agroecologia e agricultura sustentável. Em que a busca por alimentos orgânicos e produzidos de forma sustentável tem ganhado destaque, com o fortalecimento da relação entre as escolas e a agricultura familiar. Visando uma alimentação saudável com sustentabilidade, inclusão e inovação, buscando oferecer refeições de qualidade que contribuam para o desenvolvimento e bem-estar dos alunos tanto em tempos de crise quanto em tempos de normalidade.

A aquisição de alimentos da agricultura familiar proporciona a criação de um canal de comercialização para o agricultor familiar, incentivo à renda, inclusão produtiva, cooperativismo e associações no meio rural, além do fornecimento de alimentos in natura, saudáveis e mais baratos, haja vista a não participação de intermediários na venda dos alimentos (Araujo, *et al.*, 2019, p. 6).

Em resumo, a alimentação na educação básica desempenha um papel fundamental para o bom desempenho escolar. Além da saúde dos alunos oferecendo inúmeras vantagens como disposição e maior poder de concentração nas aulas, mas também apresenta desafios que precisam ser superados. A merenda escolar é fundamental para o bom desempenho escolar, mas é preciso continuar aprimorando



e aperfeiçoando a política nacional de alimentação escolar para garantir que ela cumpra seu papel de forma eficiente e eficaz.

## 2.2 Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) com *kits* de alimentação

Em resumo, a distribuição de *kits* de alimentação é uma modalidade de merenda escolar em situações adversas que oferece inúmeras vantagens para os estudantes. Ao longo deste capítulo discutimos as práticas atuais, benefícios, desafios e as novas tendências e direções futuras da merenda escolar. É possível perceber que a merenda escolar está evoluindo rapidamente com o PNAE e se adaptando às necessidades dos estudantes e da agricultura sustentável, de modo a alinhar as políticas públicas na direção do desenvolvimento local através da agricultura familiar com a compra da merenda escolar aos pequenos agricultores locais (Brasil, 2020).

Para entender sobre segurança alimentar e nutricional com *kits* de alimentação é importante destacar que a segurança alimentar e nutricional é um tema de extrema importância para a saúde e bem-estar das crianças e adolescentes em todo o mundo. Infelizmente muitas pessoas ainda sofrem com a falta de acesso a alimentos adequados e nutritivos, o que pode levar a problemas de saúde, desnutrição e outras consequências negativas.

Os *kits* consistem em cestas de alimentos que são distribuídas à população em situação de vulnerabilidade, fato que ocorreu durante o ensino remoto devido a pandemia de COVID-19. No entanto, é importante ressaltar que tais *kits* de alimentação não devem ser vistos como soluções permanentes, mas sim como medidas emergenciais para suprir carências imediatas.

De acordo com Siqueira e Milagres (2021), apesar de a legislação recomendar a distribuição de alimentos por meio de *kits*. A autonomia conferida aos gestores locais acarretou diferentes formas de aquisição e distribuição de gêneros alimentícios pelo PNAE em todo o país. Essas modalidades incluem cestas básicas, refeições prontas e até mesmo a concessão de auxílio financeiro. Além disso, muitos gestores têm optado por adotar critérios sociais, como renda e vulnerabilidade para direcionar a distribuição de alimentos, o que vai contra o princípio da universalidade do PNAE (Brasil, 2020).

*Kits* de alimentação: desafios entre a agricultura familiar e a pandemia de COVID-19. Infelizmente, ainda assim, muitos indivíduos enfrentaram dificuldades no acesso a alimentos saudáveis e suficientes, por diversas razões, motivos e devido a situações adversas como:

**Com a pandemia**, foi aprovada a lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020, que autorizou, em caráter excepcional, a distribuição de kits/cestas de alimentos com os recursos do PNAE, porém o que observamos é que esta distribuição tem acontecido de forma muito incipiente em todo país, sendo que em muitos casos foi interrompida a compra da agricultura familiar. (FBSSAN..., 2020, p. 2).

Em emergências ou calamidade pública que resultam na suspensão das aulas nas escolas públicas de educação básica é permitido em todo o país de forma excepcional através de decretos, a distribuição imediata aos pais ou responsáveis dos alunos nelas matriculados dos alimentos adquiridos com recursos recebidos. Conforme as diretrizes protegidas pela lei 13.987, de 7 de abril de 2020, e com a supervisão do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), essa medida excepcional permite que os alimentos adquiridos pelo PNAE sejam disponibilizados às famílias dos estudantes, garantindo o acesso à alimentação mesmo durante a suspensão das aulas (Brasil, 2020).

No Brasil, os *kits* de alimentação durante o período pandêmico tiveram diversas formas de entrega pelos gestores da merenda escolar, há relatos de entidades executoras (governamentais). Que ofereceram cestas contendo alimentos provenientes da agricultura familiar nas escolas públicas durante o ensino remoto, alguns optaram por adotar uma estratégia de transferência de renda focalizada para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, enquanto outros ofereceram *kits* contendo alimentos incluindo produtos ultraprocessados (Pereira, *et al.*, 2020).

Apesar da entrega dos *kits* de alimentação estarem prevista em lei (13.987), eles não foram entregues a todos os alunos matriculados na educação básica e nem atendeu aos critérios da lei 11.346 de 15 de setembro de 2006, de quantidade qualidade e regularidade da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). No entanto, é fundamental que essas ações sejam complementadas de ações com profissionais de nutrição, visando garantir o direito de todos a uma alimentação adequada e saudável.

É interessante, aliás, avaliar as condições de entrega desses *kits* de alimentação, mas há um fato que se sobrepõe a essa situação que é a necessidade

nutricional dos estudantes. Além da importância e necessidade de profissionais nutricionistas nas escolas. Não parece haver razão para que essa iniciativa seja descontinuada, já que é um grande aliado no desempenho escolar e na segurança alimentar e nutricional.

No entanto, a educação básica apresenta ainda mais desafios, tais como a necessidade de investimento público, já que a falta de recursos e a falta de merenda escolar podem afetar a qualidade do aprendizado. É preciso estabelecer e fortalecer os programas de merenda escolar para evitar problemas relacionados à insegurança alimentar e da evasão escolar por falta de alimentação. Conforme explicado acima, é importante que os gestores tenham uma postura ativa e responsável em relação à alimentação dos alunos.

Ao analisar as novas tendências e direções futuras da alimentação escolar, podemos perceber que a sustentabilidade e alimentação saudável estão sempre presentes. Dessa forma, a agricultura familiar na merenda escolar desempenha um papel fundamental na produção agrícola de várias cidades brasileiras. Representando uma estratégia abrangente de desenvolvimento econômico, social, cultural e sustentável com a compra de alimentos pelo PNAE. Quando devidamente incentivada essa forma de produção contribui para reduzir o desemprego, a fome e a desnutrição. Ao mesmo tempo em que promove o consumo de alimentos regionais e saudáveis pela população, através da disponibilização de frutas, hortaliças, fibras e cereais integrais (Araujo, *et al.*, 2019).

Além disso, a agricultura familiar está sendo utilizada para promover a saúde e as necessidades nutricionais de cada aluno das escolas da rede pública de ensino. No futuro, é possível que a agricultura familiar se torne ainda mais presente na merenda escolar, com alimentos orgânicos promovendo a segurança alimentar e nutricional na educação básica através da parceria com o PNAE. Dessa forma é preciso que o poder público continue e até mesmo aumente a parceria com os pequenos agricultores da agricultura familiar.

É necessário um esforço conjunto de todos, instituições de ensino e governos para garantir que a segurança alimentar e nutricional seja prioridade. Em suma, os *kits* de alimentação foram de certa forma uma das maneiras de minimizar os efeitos da pandemia de COVID-19 na segurança alimentar dos alunos. Mas é preciso continuar aprimorando e aperfeiçoando a merenda escolar para garantir que ela cumpra seu papel de forma eficiente e eficaz.

Durante o ensino remoto a entrega dos *kits* de alimentação enfrentaram diversos problemas. Conforme Rocha, (2022), os desafios enfrentados na distribuição de *kits* de merenda escolar durante os anos da pandemia de COVID-19 são numerosos e abrangem várias etapas do processo. Isso inclui desde o procedimento de chamamento público e as licitações necessárias, até a gestão da sazonalidade de certos alimentos, a efetiva distribuição dos *kits* e o treinamento em relação ao retorno das aulas presenciais. Todos esses aspectos implicam um planejamento e logística cuidadosos independentemente de se tratar de um sistema de ensino presencial, remoto ou híbrido.

Apesar dos benefícios da merenda escolar referente ao desempenho escolar, há também desafios, como a falta investimentos, dificuldades dos agricultores e a necessidade de tecnologias na produção rural. No entanto, é possível superar esses desafios e tornar a merenda escolar cada vez mais acessível e eficiente com investimentos do poder público, principalmente com investimentos na agricultura familiar.

Existe uma agenda direcionada para a coordenação e união das políticas que promovem o acesso a direitos e apoiam a agricultura familiar. Integrando de forma efetiva a abordagem territorial em sua concepção e administração. O desafio principal é garantir que esse conjunto de políticas públicas adquira a cultura adequada e uma direção estratégica compartilhada, orientada para a transição de um modelo agrícola e agrário em direção a um novo modelo de desenvolvimento rural sustentável e solidário (Leite, 2021).

Conforme citado acima, a entrega dos *kits* de alimentação depende dos gestores para a preparação das cestas ou outras formas de auxílio para os estudantes das escolas públicas, principalmente para os de famílias de baixa renda. No entanto desde o início das coletas de informações sobre a entrega de *kits* de alimentação, no processo de estudos sobre a alimentação escolar foi possível identificar nas ideias dos/as autores/as o crescimento constante da insegurança alimentar e nutricional na educação básica brasileira, pois ainda com a medida adotada pelos gestores para merenda escolar, não foi possível atender a todos os alunos matriculados na rede pública de ensino.

### **3 INSEGURANÇA ALIMENTAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS**

Ao longo deste capítulo discutimos as práticas atuais, benefícios, desafios e as novas tendências e direções futuras da merenda escolar. É possível perceber que o programa nacional de alimentação escolar está evoluindo e se adaptando às necessidades dos estudantes e dos períodos de crise, para combater a fome na educação básica.

Para entender sobre insegurança alimentar na educação básica nas escolas públicas, é importante destacar sua influência negativa no desenvolvimento educacional e no futuro das crianças. Ao abordar essa problemática abre-se espaço para o debate e a conscientização sobre a necessidade de políticas e ações concretas que assegurem o direito básico de todos os estudantes a uma alimentação adequada e saudável no ambiente escolar.

Esse cenário pode se manifestar de diversas formas nas escolas públicas, como alunos chegando à escola sem terem se alimentado em casa ou durante o período escolar. Ou até mesmo a falta de refeições balanceadas e completas oferecidas nas instituições de ensino.

Conforme Rosa e Monteiro (2014), além da alimentação fornecida no ambiente domiciliar é assegurado à criança o direito à alimentação escolar gratuita oferecida pelas escolas públicas mediante o programa nacional de alimentação escolar (PNAE). Esse programa de longa trajetória visa garantir as demandas nutricionais dos alunos matriculados, com o objetivo de assegurar a política de segurança alimentar e nutricional e promover a adoção de hábitos alimentares saudáveis de certa forma eficiente.

Segundo Hoffmann (1995), embora a desnutrição crônica afete muitas crianças brasileiras, essa condição não pode ser atribuída exclusivamente à falta de alimentos suficientes. Uma parcela significativa das famílias brasileiras enfrenta dificuldades para garantir a quantidade adequada de alimentos para promover o crescimento saudável de seus filhos. É importante ressaltar que o estado nutricional adequado não é apenas influenciado pela segurança alimentar. Mas também por outros fatores que

garantem uma vida saudável, como condições de moradia, acesso à água potável, saneamento básico, serviços de saúde e educação, entre outros.

Foi constatado que as medidas adotadas no Brasil não são efetivas o suficiente para combater a insegurança alimentar e nutricional decorrente da pandemia. Ao analisar as iniciativas experimentadas para a Segurança Alimentar e Nutricional prevaleceram ações praticadas no consumo, sem um enfoque na cadeia produtiva. Além disso, tornou-se evidente a necessidade de oferecer atendimento específico aos grupos mais vulneráveis, considerando suas particularidades socioeconômicas e geográficas para garantir o pleno atendimento de suas necessidades nutricionais (Gurgel, *et al.*, 2020).

Apesar das vantagens das medidas adotadas para o período como a entrega de alimentos, houve também desafios como a falta de critérios para a entrega dos alimentos aos alunos e a necessidade de tecnologias para estudar durante o ensino remoto. No entanto, com a crescente adoção da tecnologia educacional e a evolução das metodologias de ensino é possível superar esses desafios e tornar a educação cada vez mais acessível e eficiente.

Conforme explicado acima é interessante, perceber que o período pandêmico proporcionou medidas por parte do Estado para conter o avanço da fome entre os escolares. Mas há um fato que se sobrepõe a essas medidas que foi a não abrangência a todos/as os/as alunos/as matriculados/as. Não parece haver razão para que o Estado possa rever essas medidas e ampliá-las. Enfim, há muito a ser feito por parte do Estado em relação às políticas públicas de educação e de segurança alimentar e nutricional para superar os desafios do período.

É evidente a importância da capacitação dos professores e demais funcionários da educação básica. Conforme explicado acima, é importante que os estudantes tenham um apoio tecnológico e alimentar para um bom desempenho escolar, buscando estabelecer uma rotina de estudo e participando ativamente das atividades remotas.

Além disso, a educação básica está sendo utilizada para viabilizar a garantia da segurança alimentar e nutricional através da merenda escolar de acordo com as necessidades de cada aluno. No futuro, é possível que a educação básica se torne ainda mais essencial e interativa, com o uso de tecnologias como ferramentas essenciais para os alunos superarem as vulnerabilidades sociais nas escolas públicas.

No entanto, é importante lembrar que a insegurança alimentar na educação básica nas escolas públicas é uma das expressões da questão social (conjunto das expressões que definem as desigualdades da sociedade). E que é necessário um esforço conjunto de todos para garantir que a fome seja erradicada. Em suma, a insegurança alimentar na educação básica nas escolas públicas é uma realidade vivenciada pelos/as alunos/as. Portanto, é preciso continuar aprimorando e aperfeiçoando o PNAE para garantir que ele cumpra seu papel de forma eficiente e eficaz na superação das vulnerabilidades sociais nas escolas públicas em tempos de crise, com uma educação de qualidade e inclusão.

### 3.1 Contextualizando a insegurança alimentar na educação básica

Na pandemia de COVID-19, a segurança alimentar e nutricional emerge como um objetivo nacional de extrema relevância no Brasil, buscando articular políticas e ações que atravessam diversos setores, tais como a economia, a saúde, a educação e o social. Embora a situação ainda não tenha alcançado um nível satisfatório em termos populacionais, é justo reconhecer que vários progressos têm sido alcançados graças aos esforços de distintos segmentos sociais em colaboração com o Estado. Entre as políticas e ações implementadas nesse contexto, o PNAE se destaca como uma das estratégias mais consolidadas e tradicionais para promover a SAN no país (Gallina, *et al.*, 2012).

Segundo Santos, Costa e Bandeira (2016), devido à vasta extensão territorial e a natureza continental do Brasil, torna-se desafiador determinar uma única forma de gestão aplicável ao programa de alimentação em todas as regiões, municípios ou estados. As realidades, necessidades e problemas são notoriamente diversos e renovados em cada localidade, apresentando características e especificidades únicas. Assim, cada município ou estado oferece uma alimentação escolar utilizando a forma de gestão mais adequada à sua realidade específica.

Além disso, destaca-se o agravamento da desigualdade social evidenciado pela crescente fome entre as populações mais vulneráveis. Nesse contexto, fica claro a importância da merenda escolar para as famílias dos estudantes que, diante das

circunstâncias atuais, estão preocupadas com necessidades básicas como alimentação e saúde (Tonetto, 2021).

Apesar das vantagens da merenda escolar com *kits* de alimentação, há também desafios, como a falta de condições entre alunos e familiares como a questão do preparo da merenda escolar. A necessidade de uma alimentação adequada para estudar sem um cronograma rígido e a possibilidade de que alguns alunos se sintam inseguros ou desmotivados pela carência proteica.

Conforme exposto, destacar que a segurança alimentar também é responsável pelo bom desempenho escolar. Mas há alguns fatores que se sobrepõem, como as medidas adotadas durante a pandemia de COVID19 que influenciaram diretamente na vida dos estudantes. Conforme citado acima que a segurança alimentar na educação básica não pode ser de qualquer forma, pois é componente essencial para o bom desenvolvimento do aluno.

Desde o início da pandemia de COVID-19 em 2020, notou-se o crescimento constante da fome. Conforme explicado acima, ainda com as medidas adotadas em 2020 em que os estudantes tiveram que enfrentar o ensino remoto com suas peculiaridades, principalmente na questão da merenda escolar. A educação básica da rede pública no tocante à merenda escolar, proporciona para muitos alunos a primeira e única refeição completa do dia, sendo portanto, uma maneira de combater a insegurança alimentar na educação básica.

"A pandemia acirrou as desigualdades sociais no Brasil, com o agravante da demora na proposição de medidas e diretrizes nacionais para o enfrentamento da IA" (Souza *et al.*, 2021, p. 5). Além disso, a merenda escolar deveria estar sendo utilizada para garantir a segurança alimentar na educação básica.

No entanto, é necessário um esforço conjunto de educadores, instituições de ensino e governos para garantir que a modalidade de ensino seja utilizada de forma efetiva e responsável. Em suma, a educação básica é uma ferramenta valiosa para a democratização do acesso ao direito humano e uma vida livre da vulnerabilidade socioeconômica. A necessidade dessa discussão se estende a novas catástrofes, devendo o Estado está preparado para novas emergências e continuar aprimorando os programas de alimentação escolar.



### 3.2 Concepções da insegurança alimentar na educação básica

Partindo do pressuposto de que a vulnerabilidade educacional é um dos fatores que contribuem para a vulnerabilidade social, de acordo com Rodrigues (2018), entre tantos fatores pode haver: a inoperância da escola devido à falta de água, estrutura física precária, vagas insuficientes ou até mesmo não existir escola. Ainda para o autor a vulnerabilidade social afeta com mais rigor as populações mais pauperizadas. Ressalta-se que a inoperância de políticas públicas por parte do Estado é condicionante para manter-se a diferença de classes, dessa forma o Estado atua sempre em favor do capital frente a questão social.

Segundo Pinho e Martinez (2014), são muitas as razões pela qual a vulnerabilidade social impacta diretamente na segurança alimentar e nutricional dos estudantes. E de forma precária a maioria das escolas oferecem a merenda escolar sem as mínimas condições de suprir as necessidades alimentares dos alunos. Para os alunos de famílias mais vulneráveis socioeconomicamente isso impacta diretamente no rendimento escolar, já que muitos encontram na escola a primeira refeição do dia. O autor ainda complementa que:

Além desses fatores, há um achado muito interessante sobre as percepções da merenda, que, de forma direta, afetam a adesão ou não ao programa, no qual este estudo se aproxima. Analisando as falas das entrevistas dos alunos notou-se que o fator de possível relação entre a adesão e a vulnerabilidade perpassa os sujeitos entrevistados. Alguns alunos relataram que muitas vezes não merendaram por “sentirem vergonha”. Quando questionados a respeito do que os trazia a esta sensação, disseram: “as pessoas iam pensar que estou comendo aqui na escola porque não tenho comida em casa” (Pinho e Martinez, 2014, p. 2330).

No Brasil, a vulnerabilidade social no campo é outro fator potencializado pela precarização educacional. O que ocorre com o fechamento de escolas da zona rural por vontade política em que o capital usa o Estado para apropriar-se do fundo público, além das disputas por terras com a intenção de esvaziamento do campo. Aliado às péssimas condições de transporte escolar contribuem para a vulnerabilidade social e conseqüentemente para a insegurança alimentar e nutricional na educação básica (Andrade, 2020).

No entanto, mostra a necessidade urgente da mobilização de todos em prol de políticas públicas de qualidade, que atendam as condições básicas tanto na educação quanto na segurança alimentar e nutricional dos estudantes. Que sejam pautadas na condição de direito com a lei 11.346, de setembro de 2006 e não de assistencialismo, para isso é preciso envolvimento de toda a sociedade.

Conforme explicado acima é interessante, afirmar que a vulnerabilidade na educação básica é responsável pelo desempenho e da evasão escolar, ainda existem alguns fatores que se sobrepõem como a situação precária das escolas públicas. Conforme citado acima, as péssimas condições são reflexos da precarização das políticas públicas na educação básica.

No entanto, a educação básica também apresenta muitos desafios, como a necessidade de adaptação à merenda escolar por parte dos estudantes. A falta de hábitos alimentares saudáveis e a possibilidade de intolerância alimentar faz se necessário uma readaptação ao atender o aluno em seu contexto individual e coletivo. Individual acerca das restrições e coletivo no tocante a hábitos alimentares saudáveis que podem afetar a qualidade do aprendizado. Conforme explicado acima, é importante que os estudantes tenham uma boa alimentação na escola para estabelecer uma rotina de estudo que seja própria para o bom desempenho escolar.

Segundo Saluto e Rangel (2022), muitos estudantes contam com as refeições disponibilizadas pela escola para suprir suas necessidades alimentares. Alguns vão para a escola de estômago vazio, na esperança de conseguir se alimentar lá. Por outro lado, ocorrem situações em que as refeições fornecidas pela escola carecem de valor nutricional ou calorias suficientes, não proporcionando uma nutrição adequada aos alunos. Além disso, em certos casos adversos a escola teve que reduzir a quantidade de comida oferecida. Além dessa perspectiva, durante as férias essas crianças enfrentam a fome, já que a escola fica fechada nesse período e conseqüentemente não disponibiliza nenhuma refeição, uma problemática a ser pensada repensada e solucionada.

Além da precarização das escolas públicas no Brasil que contribuem para a vulnerabilidade social. Temos o efeito da exclusão da população mais vulnerável dos serviços básicos retirando destes a chance de sucesso na vida através da escola (Rodrigues, 2017).

Diante do exposto, podemos concluir que a insegurança alimentar na educação básica está relacionada à vulnerabilidade social e que é necessário um esforço dos

governantes para garantir que a modalidade de ensino seja utilizada para sanar os efeitos da vulnerabilidade social. Em suma, a insegurança alimentar na educação básica é um reflexo da precarização das políticas públicas, faz-se necessário que a sociedade civil cobre dos governantes para garantir que eles cumpram seu papel de forma eficiente e eficaz.

### 3.3 Contexto da merenda escolar

A alimentação escolar nas escolas públicas fornece os nutrientes essenciais necessários para o crescimento, aprendizado e bem-estar. Ao longo das últimas décadas houve um crescente reconhecimento da importância da alimentação saudável no ambiente escolar, não apenas como uma questão de nutrição, mas também como uma ferramenta para promover a igualdade de acesso à educação e melhorar o desempenho escolar.

Conforme Silva, Amparo-Santos e Soares (2018), a alimentação escolar é uma prática alimentar de grande importância nas escolas públicas brasileiras do ensino fundamental e médio. O ato de comer na escola ocorre juntamente com outras atividades que fazem parte do ambiente escolar, como experiências e processos que têm influência na formação dos hábitos alimentares e das identidades das crianças e adolescentes.

Segundo Barbosa, *et al.*, (2013), ainda há muitos desafios a serem enfrentados para que gestores, educadores e nutricionistas compreendam plenamente o papel do alimento e da educação alimentar e nutricional no ambiente escolar. É evidente a importância de superar essa visão fragmentada de formação, priorizando a integração do conhecimento e buscando estabelecer um processo de compartilhamento e complementaridade entre os diversos saberes relacionados à alimentação. Essa abordagem é fundamental e está presente através dos diferentes atores envolvidos na educação alimentar e nutricional, seja na escola ou em qualquer outro contexto social.

No Brasil, a alimentação escolar e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) representam uma base importante para o fortalecimento da agricultura familiar. No entanto, para alcançar o objetivo de se integrar de forma sinérgica ao PNAE com

iniciativas que promovem o desenvolvimento local e reduzem a desigualdade social é necessário a harmonização das políticas públicas. Isso inclui tornar mais ágil e menos burocrática a implementação da legislação pelas secretarias responsáveis pelo PNAE e garantir a alocação adequada de recursos para programas como o PAA. Garantindo que esses recursos cheguem ao produtor no momento oportuno (Turpin, 2009).

O PAA foi criado em 2003 como parte do Fome Zero, uma iniciativa mais ampla para combater a fome e a exclusão social no Brasil. Atualmente o programa é regido pela lei 14.628 de 20 de julho de 2023, de acordo com a lei:

Art. 2º Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com as seguintes finalidades:

I - incentivar a agricultura familiar, a pesca artesanal, a aquicultura, a carcinicultura e a piscicultura, com prioridade para seus segmentos em situação de pobreza e de pobreza extrema, e promover a inclusão econômica e social, com fomento à produção sustentável, ao processamento de alimentos em geral, à industrialização e à geração de renda;

II - contribuir para o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, pelas pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Constituição Federal; [...] (Brasil, 2023).

É interessante, aliás, perceber a importância da agricultura familiar na merenda escolar, mas é necessário salientar a falta de apoio aos pequenos agricultores. Não parece haver razão para que os gestores públicos invistam mais em políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. É sinal de que há, enfim, muito que ser feito para garantir uma merenda escolar adequada em qualidade, quantidade e regularidade.

Apesar das vantagens da merenda escolar, como a melhoria da saúde dos alunos e o bom desempenho escolar, há também desafios, como a falta de melhorias na agricultura familiar entre produtores e gestores. A necessidade de investimentos e tecnologias para melhorar a produção e a possibilidade de que alguns alunos se sintam excluídos ou de não se adaptarem ao cardápio. No entanto, com a crescente adoção da agricultura familiar na merenda escolar e a perspectiva de desenvolvimento local, conforme citado acima, é possível superar esses desafios e tornar a merenda escolar cada vez mais acessível e eficaz.

Há alguns fatores que se sobrepõem como, as necessidades nutricionais de cada aluno e as vulnerabilidades socioeconômica de suas famílias que variam de acordo com sua classe social e estrutura. Conforme citado acima a boa desenvoltura não pode ser realizada sem uma boa alimentação, para isso é necessário o empenho de todos sociedade, instituições e gestores públicos.

A necessidade urgente dos alunos a uma boa alimentação representa a ideia de enfrentamento à questão social na educação básica. Idealizada por uma merenda escolar que satisfaça os estudantes proporcionando segurança alimentar e nutricional, sendo adequada em substância, gosto e variedade proporcionando maior adesão diante da insegurança alimentar e nutricional. Aliviando os pais dos estudantes que em casa só podem oferecer o mínimo, como o café com pão pela manhã e no almoço sempre arroz com feijão às vezes acrescido de ovo, mortadela ou sardinha sendo raro o uso de frango e leite, enquanto o consumo de carne é impossível de aquisição pelas famílias (Bezerra, 2009).

Além disso, a merenda escolar está sendo utilizada para fornecer uma alimentação adequada em nutrientes de acordo com as necessidades de cada aluno. No futuro, é possível que a merenda escolar se torne ainda mais personalizada e adequada com o uso de cardápios que atendam a realidade de cada aluno, como no caso das intolerâncias alimentares.

Em suma, a merenda escolar é uma ferramenta valiosa para a democratização do acesso à alimentação nas escolas públicas. Mas é preciso continuar aprimorando e aperfeiçoando a merenda escolar para garantir que ela cumpra seu papel de forma eficiente e eficaz, garantindo a segurança alimentar e nutricional de todos que dela precisar.

#### 4 O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

Ao longo dos anos, o PNAE passou por diversas mudanças em termos de nomenclatura e afiliação. No ano de 2009, ocorreu uma melhoria significativa que expandiu seus beneficiários além das crianças, incluindo também os agricultores familiares e suas organizações cooperativas. A Lei nº 11.947/2009 foi orientada determinando que no mínimo, 30% dos recursos do FNDE alocados para a alimentação escolar fossem provenientes da agricultura familiar. O artigo 4º desta mesma lei estipulou que os alimentos servidos nas escolas deveriam ser saudáveis abrangendo a utilização de uma ampla variedade de alimentos seguros que respeitassem as tradições culturais e os hábitos alimentares. Confiantes assim para o progresso e crescimento dos alunos em termos acadêmicos e auxiliando na redução da evasão escolar e da repetência (Gomes, *et al.*, 2021).

Segundo Feitosa e Marques (2021), é possível conhecer os mercados da agricultura familiar, também podemos destacar o papel do Estado enquanto promotor destes mercados. É relevante destacar que estes não são os únicos circuitos de escoamento dos produtos da Agricultura Familiar. Entretanto trata-se de um importante gerador de rendas e desenvolvimento deste setor. Como as aquisições são realizadas de forma institucional, grande parte do público beneficiado não usufrui diariamente destes alimentos se existissem apenas os mercados tradicionais de compras da merenda escolar das escolas da rede pública.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), como uma iniciativa governamental relacionada à alimentação impacta diversos segmentos da sociedade. Abrangendo desde os envolvidos na produção dos alimentos e o ambiente onde são produzidos até os consumidores, especialmente crianças e jovens em escolas públicas. Quanto aos consumidores, o programa trabalha para promover uma alimentação saudável e nutritiva, além de implementar ações de educação alimentar e nutricional no contexto escolar (Dall’Agnese, Vieira e Giron, 2021).

De acordo com Costa, *et al.*, (2017), o PNAE é uma iniciativa governamental relevante, pois desempenha um papel positivo no aprimoramento do processo educativo e no desempenho acadêmico dos alunos. Ao oferecer refeições que supram pelo menos 15% de suas necessidades nutricionais durante o período escolar. Nesse sentido, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) como entidade

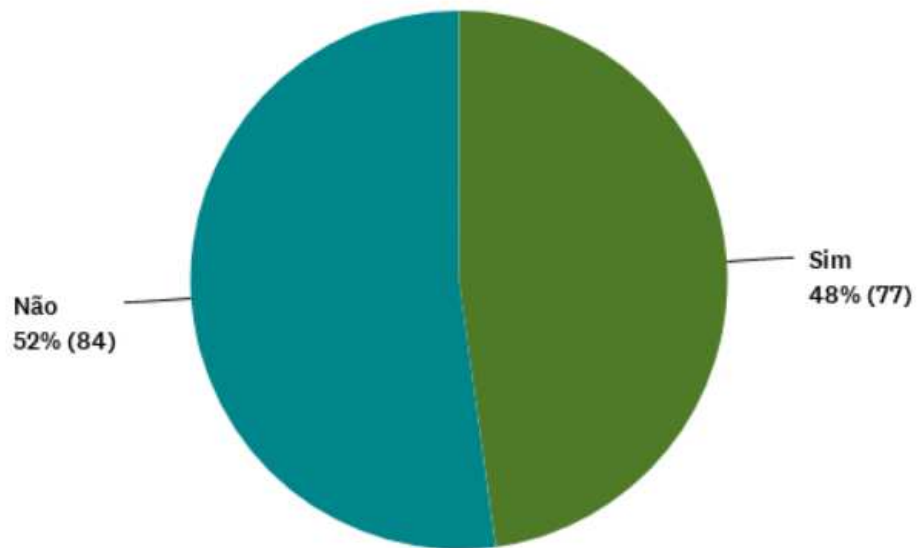
encarregada do PNAE, determinou que a responsabilidade pela criação dos cardápios recaia sobre os nutricionistas. Estes profissionais devem aplicar critérios técnicos ao selecionar alimentos apropriados, considerando fatores como a composição química e a harmonização dos ingredientes. Isso possibilita a combinação de refeições diferenciadas que se ajustam tanto à base agrícola regional quanto à herança cultural alimentar.

Segundo Kroth, Geremia e Mussio (2020), o PNAE enfatiza a aplicação prática da interdisciplinaridade, requer a colaboração coordenada das seguintes áreas: educação, que lida diretamente com o público-alvo da política, ou seja, a alimentação escolar; saúde, que desempenha um papel crucial na promoção de hábitos saudáveis entre os alunos; agrícola, responsável por envolver os agentes relacionados à produção dos alimentos; e administração, carregada das questões técnicas aplicáveis às licitações públicas. Os engajamentos desses quatro setores possibilitam a elaboração de um planejamento apropriado para o fornecimento de alimentos, a facilitação dos procedimentos de licitação, aquisição e recebimento, assim como o preparo dos alimentos.

Dessa forma, a importância do PNAE e a contribuição do nutricionista para o progresso acadêmico é notável, pois a inclusão desse especialista favorece a promoção de refeições escolares saudáveis. Além disso, esse programa destaca-se por iniciativas semelhantes. Incluindo aquelas em nível internacional ao examinar o impacto da presença de profissionais de nutrição nas escolas sobre o rendimento acadêmico dos estudantes (Deus e Silva, 2023).

No Brasil, no que se refere às mudanças durante o período em que as aulas foram suspensas, foi evidente o esforço dos participantes em resolver os obstáculos apresentados. Reforçar iniciativas encorajadas a exemplo do PNAE, surge como uma alternativa significativa para mitigar os efeitos decorrentes da crise de saúde. Além de contribuir para a recuperação das atividades após a pandemia, tais programas desempenham um papel crucial no fortalecimento da agricultura familiar, impulsionando por sua vez a economia local e garantias de segurança alimentar (Salgado e Delgrossi, 2022).

Houve desperdício de alimentos previstos para serem entregues ao PNAE?



Fonte: FBSSAN, 2020.

Dessa forma, é interessante, afirmar que o PNAE também é responsável pelo fortalecimento da agricultura familiar. Mas há alguns fatores que se sobrepõem, como as medidas sanitárias adotadas durante a pandemia de COVID-19. Conforme citado acima, a agricultura familiar é fundamental na qualidade da merenda escolar principalmente em tempos de crise, mas também por ser importante aliado da merenda escolar.

As experiências registradas no âmbito do PAA e do PNAE demonstram concretamente em diversos estudos realizados o potencial que os mercados institucionais possuem para fomentar a transformação em prol da sustentabilidade. Através das aquisições o Estado pode mobilizar a influência do mercado para encorajar abordagens de produção mais social e ambientalmente ecológicas. Conforme evidenciado pela implementação desses dois programas. A inovação protegida pelo PAA abriu oportunidades para a agricultura familiar ingressar nesse mercado relevante de fornecimento público de alimentos. Inicialmente destinado a doações para crianças desfavorecidas e posteriormente expandido para englobar o abastecimento de refeições escolares e outras instituições (Sambuichi, *et al.*, 2014).

Mais do que simples exemplos, esses são paradigmas de eficácia que transcendem os critérios normativos alcançados pelo FNDE e PNAE. Fomentando uma alimentação integral e saudável, gerando vantagens como a geração de



empregos, aumento de renda e inclusão social entre outros benefícios. Embora tenham ocorrido avanços no PNAE nos últimos anos, ainda subsistem diversos desafios a serem enfrentados no âmbito do Conselho de Alimentação Escolar (CAE). Exigindo um planejamento e revisão minuciosa de suas ações, embasados nos estudos apresentados e em conformidade com as bases legais do PNAE. Além disso, é imperativa a criação das condições adotadas para a efetivação das iniciativas (Vendrametto, 2022).

Além disso, o PNAE está sendo utilizado para personalizar a merenda escolar de acordo com as necessidades de cada aluno, diante das suas necessidades e condições socioeconômicas. No futuro, é possível que a merenda escolar se torne ainda mais personalizada e adaptada aos desafios encontrados, com o uso da agricultura familiar como parte integrada da alimentação escolar.

Ainda assim, é importante lembrar que o PNAE não é uma solução que resolve todos os problemas da merenda escolar. Dessa forma, é fundamental uma merenda escolar condizente com as necessidades dos/as estudantes, para garantir que a alimentação escolar seja utilizada de forma efetiva e responsável. Em suma, o PNAE é um programa federal para garantir a democratização do acesso à merenda escolar de qualidade. Mas é preciso continuar aprimorando e aperfeiçoando o programa para garantir que ele cumpra seu papel de forma eficiente e eficaz na merenda escolar das escolas da educação básica da rede pública de ensino.

#### 4.1 Breve histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Reconhecido como um dos programas mais notáveis no domínio da alimentação escolar em escala global e um exemplo de sucesso em termos de programa de alimentação escolar sustentável. O PNAE foi concebido durante os anos de 1940, a partir das proposições do Instituto de Nutrição que advogavam pela iniciativa do Governo Federal em fornecer alimentação escolar. Entretanto, devido à escassez de recursos financeiros, somente na década de 1950 o programa foi de fato implementado de maneira eficaz. Estabelecendo um programa de merenda escolar de abrangência nacional, com gestão pública e centralizada (Valadão, Sousa e Freitas, 2022).

Conforme Dias e Escouto (2016), no ano de 1950 teve início a prática de fornecer alimentação aos alunos durante o horário escolar. No entanto, essa vantagem não abrange todos os estudantes devido à ausência de uma estrutura governamental capaz de prover refeições a todos os estudantes do país. Inicialmente as refeições eram provenientes de doações realizadas por organizações internacionais, o que implicava que o governo federal não fizesse a aquisição direta dos alimentos. Diante da impossibilidade de disponibilizar alimentação a todas as escolas o governo federal optou por distribuir esses recursos alimentares às crianças com maiores índices de desnutrição, começando pelo Nordeste onde a carência alimentar era mais acentuada.

No Brasil, a sobrecarga burocrática evidenciada na implementação do PNAE resulta em encargos consideráveis para as instituições escolares os agricultores e os estudantes. Esse cenário impacta diretamente na eficiência e eficácia do programa em alcançar plenamente a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), a qual poderia ser mais efetivamente concretizada mediante uma participação mais robusta dos agricultores no PNAE. Isso permitiria que as escolas mediante melhorias em suas infraestruturas, garantirem a segurança alimentar dos escolares (Pauli, *et al.*, 2018).

Apesar das vantagens do PNAE, como a merenda escolar e a parceria com a agricultura familiar, há também muitos desafios, como a falta de comprometimento com os pequenos agricultores e falta de gestores comprometidos com a alimentação escolar. No entanto, com a crescente adoção da tecnologia na produção de alimentos e com maior investimento do PNAE na agricultura familiar, conforme citado acima, é possível superar esses desafios e tornar a merenda escolar cada vez mais acessível e eficiente. Principalmente para os estudantes de famílias de baixa renda que muitas vezes chegam à escola sem uma alimentação adequada.

Conforme citado acima que a burocracia imposta aos pequenos agricultores, não pode ser empecilho para a parceria com a merenda escolar. Isso impacta diretamente na merenda escolar da rede pública de ensino e conseqüentemente na segurança alimentar e nutricional dos alunos.

No entanto, o PNAE apresenta desafios, como a necessidade de garantir a segurança alimentar e atender as especificidades dos estudantes. A falta de investimentos e a possibilidade de problemas técnicos que podem afetar a qualidade da merenda escolar. Conforme explicado acima, é importante que os estudantes tenham uma alimentação escolar que supra suas necessidades diárias buscando

estabelecer uma rotina de estudo e participando ativamente da merenda escolar garantindo seus benefícios para o bom desempenho escolar.

"O PNAE, portanto, é uma das mais proeminentes quando o assunto é a garantia do direito humano à alimentação e nutrição adequadas (Dhaa)" (Amorim, 2022, p. 35). Por exemplo, essa alimentação deve ser contínua, regular e abrangente, sempre incluindo uma variedade de alimentos que respeitam as tradições culturais e hábitos locais, levando em consideração as necessidades nutricionais e de saúde de cada aluno.

Reiterando a necessidade do esforço conjunto da sociedade, instituições de ensino e governos para garantir que a merenda escolar seja utilizada de forma efetiva e responsável. Em suma, o PNAE é um programa de alimentação escolar importante para a democratização do acesso a SAN na educação básica. Mas é preciso continuar aprimorando e aperfeiçoando o programa para garantir que ele cumpra seu papel de forma eficiente e eficaz com uma alimentação saudável.

#### 4.2 A questão da insegurança alimentar na educação básica em relação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Conforme Rosa e Monteiro (2014, p. 273), "Durante todas as fases da vida, a alimentação é fundamental para garantir a saúde do ser humano". Seja na educação infantil, ensino fundamental, no ensino médio ou educação de jovens e adultos. A alimentação escolar tem se mostrado uma alternativa eficiente para atender às necessidades dos estudantes da educação básica da rede pública de ensino diante das vulnerabilidades socioeconômicas das famílias dos estudantes.

Para Vieira (2020), a política nacional de fornecer refeições nas escolas ao priorizar o uso de alimentos locais, frescos e com o mínimo de transformação tem o potencial de influenciar na alimentação dos alunos/as para garantir uma dieta saudável. Para fortalecer a Segurança Alimentar e Nutricional por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), é essencial adotar uma abordagem que envolva diversos setores e tenha impacto sobre os alunos da educação básica.

Segundo Castro (1984, p. 135), "A primeira manifestação clara de carência protéica é o crescimento lento e precário do homem do brejo nordestino". Deixando

claro também que as condições de vulnerabilidade socioeconômica, geográficas e climáticas são fatores que colaboram para os efeitos que a fome e a desnutrição causam nos seres humanos diante da falta de alimentos.

Com isso, as políticas emergenciais são indispensáveis para o enfrentamento da fome e devendo haver condicionantes como as famílias terem seus filhos matriculados na escola, além da criação de conselhos com a participação dos beneficiários e que sejam também políticas numa perspectiva de educação alimentar em defesa de direitos e emancipadoras (Yasbek, 2004). Para que as famílias possam enfrentar a vulnerabilidade socioeconômica minimamente preparados para erradicar essa condição de extrema pobreza.

Segundo Altieri (2010), todos os segmentos da sociedade são importantes na construção de alternativas para combater a fome. Bem como, a importância dos movimentos sociais rurais diante do desmonte do complexo agroalimentar na oposição do controle corporativo na produção e consumo. Para promover com rapidez a agricultura sustentável entre agricultores e organizações da sociedade civil, preservando os recursos naturais e assegurando a igualdade social e a viabilidade econômica local. Para avançar na direção de uma sociedade justa e igualitária.

Apesar disso, é importante ressaltar que em relação ao uso de agrotóxicos na agricultura tem gerado inúmeros problemas à saúde humana. "É importante registrar que só a sociedade civil organizada pode alterar este quadro nefasto à saúde e à sociedade brasileira" (Bombardi, 2012, p. 11). Para minimizar os efeitos causados pelos agrotóxicos na humanidade e que conseqüentemente afetam a merenda escolar.

De acordo com o Ministério da Educação, as políticas de educação são coordenadas, orientadas, planejadas e formuladas pela Secretaria de Educação Básica (SEB) e articuladas com as instituições de ensino e com a participação da sociedade. Em parceria com o apoio didático-pedagógico, tecnológico, técnico e financeiro, visando à melhoria da qualidade das aprendizagens e da valorização e qualificação dos estudantes para garantir a igualdade de condições para acesso e permanência na escola. Além de garantir a formação cidadã e acesso ao mercado de trabalho (Brasil, 2014).

Segundo Peixinho (2013, p. 910), "De acordo com dados estatísticos oficiais, no período de 1995 a 2010, observa-se uma importante ampliação do PNAE, tanto em termos de alocação de recursos financeiros, como de cobertura populacional".

Ampliando consideravelmente a cobertura populacional atendida pelo programa, visando melhor atender as necessidades nutricionais dos estudantes da educação básica da rede pública de ensino.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) se revela como uma política governamental de alta frequência no âmbito da alimentação de estudantes pertencentes às escolas públicas, com o propósito de assegurar a qualidade nutricional ao longo de todas as etapas educacionais. A seleção de um cardápio equilibrado e nutritivo segue critérios restritos por especialistas no assunto, dentro de uma estrutura bem-organizada que vem ampliando seu alcance para um número crescente de instituições de ensino (Santos, *et al.*, 2022).

Em resumo, a questão da insegurança alimentar na educação básica em relação ao PNAE é uma das expressões da questão social que afeta os estudantes das escolas públicas, também apresenta desafios que precisam ser superados. É possível perceber que a merenda escolar é fundamental para atender às necessidades dos estudantes e do modo de produção de alimentos, englobando a agroecologia e a agricultura familiar.

Dessa forma, fica claro que o PNAE não é uma solução definitiva para resolver todos os problemas da insegurança alimentar na educação básica. Portanto, depende da colaboração de toda a sociedade e demais órgãos competentes para garantir que a segurança alimentar e nutricional seja garantida a todos os alunos matriculados nas escolas públicas. Em suma, a insegurança alimentar na educação básica é um tema presente na atualidade. Mas é preciso continuar aprimorando e aperfeiçoando as políticas públicas para garantir que elas cumpram seu papel de forma eficiente e eficaz no atendimento a quem delas precisar.

#### 4.3 Contribuições da merenda escolar para estudantes de baixa renda

O acesso à educação apesar de ser um direito previsto em lei no Brasil, esse direito muitas vezes é restrito por diversas condicionantes. São condicionantes de exclusão: moradia precária, classe social, políticas públicas de educação com pouco investimento, falta de segurança, e a precarização do trabalho na educação. E que essas questões afetam principalmente as populações mais pauperizadas e periféricas

(Ribeiro e Vóvio, 2017). O que mostra a fragilidade das políticas públicas de educação e a falta de investimentos para atender de forma equitativa e qualitativa a todos.

A administração de escolas localizadas em áreas rurais e todo o ambiente que a envolve é uma questão de extrema complexidade que ainda requer uma análise mais aprofundada de suas operações. É fundamental focar na criação de ambientes dentro do dia a dia escolar que possam promover uma reflexão constante sobre a relevância da gestão democrática e participativa nas escolas rurais (Moura e Neri, 2021).

Na zona rural tem se intensificado a vulnerabilidade devido às suas características geográficas e climáticas. “As dificuldades de acesso aos alimentos, aparentemente paradoxal, foi proporcionalmente mais frequente em domicílios rurais do que naqueles de áreas urbanas” (PENSSAN, 2022, p. 41).

Segundo Casagrande, Cancelier e Beling (2021), o fornecimento de uma alimentação saudável, variada e balanceada durante as refeições escolares desempenha um papel de extrema importância tanto em termos sociais quanto nutricionais para os estudantes das escolas públicas. Considerando que muitos deles pertencem a comunidades economicamente vulneráveis. Para a maioria dos alunos, a refeição servida na escola representa não apenas a principal, mas muitas vezes a refeição única completa que têm ao longo do dia.

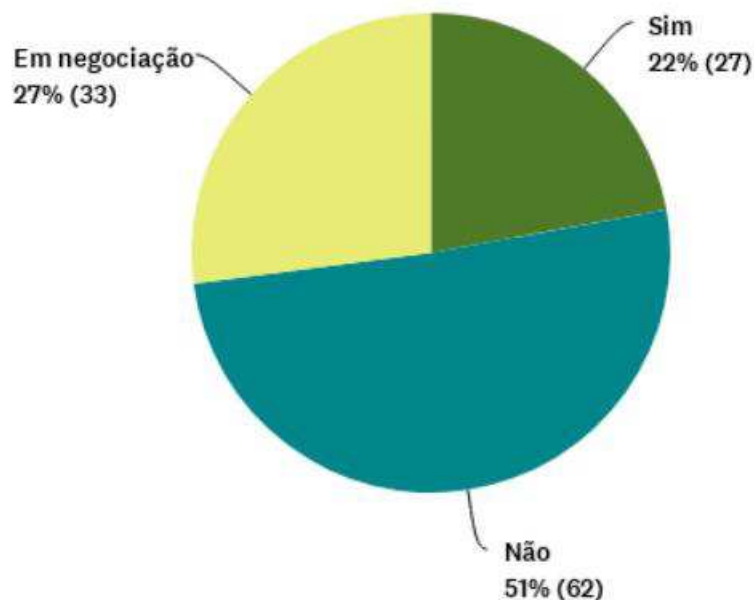
De acordo com o FNDE, o PNAE envolve a transferência de recursos financeiros do governo federal para atender estudantes matriculados em todas as fases e tipos de ensino básico nas redes municipais, estaduais e federais. Bem como em instituições filantrópicas, confessionais sem fins lucrativos e escolas comunitárias que têm acordos com entidades governamentais locais. Atualmente os repasses são da seguinte forma: 0,41 para os estudantes matriculados na Educação de Jovens e Adultos; 0,50 para os estudantes matriculados no ensino fundamental e no ensino médio; 0,72 para estudantes matriculados na pré-escola; 0,86 para os estudantes matriculados em escolas de educação básica localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos; 1,37 para os estudantes matriculados em escolas de tempo integral com permanência mínima de 7hs na escola ou em atividades escolares; 1,37 para os estudantes matriculados em creches (Gov.br..., 2023).

Evidenciando a questão social no Brasil. "Nesse sentido, miniaturizada na condição de “problema”, a questão social foi, por décadas, afastada de sua verdade,

cujas raízes encontram-se na contradição e perversidade do sistema capitalista" (Amaro, 2022, p. 36).

No Brasil, é possível concluir que a busca contínua por integrar a saúde alimentar na esfera da educação pública enfrenta um desafio que ainda não recebe atenção e debate necessário. Ao examinarmos os esforços realizados em prol da saúde alimentar dos estudantes das escolas públicas, é evidente que houve conquistas notáveis. No entanto, persiste a necessidade de investir em qualidade e de unir os esforços de ambos os setores, sendo essa a principal abordagem para alcançar esse objetivo (Ramos, *et al.*, 2020).

Estão sendo mantidos os acordos contratuais e calendário de compras?



Fonte: FBSSAN, 2020.

Apesar das vantagens da merenda escolar, como a saúde e o bom desempenho escolar, há também desafios, como a falta de investimentos, a necessidade de adquirir alimentos de qualidade e quantidade suficiente para garantir a segurança alimentar e nutricional dos estudantes. Mesmo assim, é possível superar esses desafios e tornar a merenda escolar capaz de sanar os problemas dos estudantes de famílias de baixa renda com políticas públicas eficazes.

É interessante, afirmar que a merenda escolar para estudantes de baixa renda muitas vezes é a primeira refeição completa do dia. A merenda escolar desempenha um papel de extrema importância para os estudantes de escolas públicas, portanto, é

preciso total empenho das políticas públicas, além de investimentos necessários na educação básica.

É necessário reavaliar a compreensão das relações entre a desnutrição suas ramificações e seu impacto no crescimento e aprendizado dos estudantes. Dessa forma, é possível confirmar que: "A inconstância alimentar e a irregularidade de determinados alimentos, como a carne, podem não ser episódios passageiros, mas estão ligadas à impossibilidade financeira de comprar os alimentos e prepará-los" (Sawaya, 2006, p. 143).

Segundo Campos (2003, p. 184), "É inegável que a realidade brasileira de desigualdade e pobreza é bastante concreta e dramática". Essa realidade complexa reflete não apenas disparidades tristes, mas também problemas sociais e emocionais que afetam profundamente a vida de milhões de brasileiros.

Todos os alunos matriculados na educação básica das escolas públicas têm direito à refeição escolar independentemente de sua situação econômica. Essa garantia está estabelecida na Constituição Federal de 1988. No entanto, em casos de extrema pobreza é comum que crianças e jovens deixem de frequentar a escola para buscar atividades remuneradas que ajudem no sustento familiar, essa prática fere o ECA (Lei 8.069 de 13 de julho de 1990). Simultaneamente, há também muitas crianças que frequentam a escola principalmente para assegurar pelo menos uma refeição diária (Yannoulas, 2020).

Segundo Camargo (2004), uma proporção significativa de crianças no Brasil reside em famílias carentes, atingindo cerca de 50%. Entre essas crianças mais de 80% não concluíram o ensino fundamental. Isso acontece porque é preciso entrar no mercado de trabalho muito cedo ou porque as escolas públicas às quais têm acesso são tão deficientes em qualidade que não conseguem mantê-las na escola. Como resultado, aproximadamente 40% das crianças brasileiras ao chegarem à idade adulta terão menos de oito anos de educação formal, o que dificulta consideravelmente a obtenção de empregos dignos. Eles se tornarão muito provavelmente a parcela empobrecida da sociedade no futuro.

Além disso, vale ressaltar os impactos da Emenda Constitucional 95/16 durante o governo conservador de Michel Temer e que teve continuidade no governo Bolsonaro. Sinalizando o congelamento de gastos que implicaram na alimentação escolar e na extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).



Ainda que anunciadas ou parcialmente implementadas nos governos anteriores, as medidas do governo Michel Temer, nascido do golpe parlamentar de 2016, têm um impacto qualitativamente maior, no sentido nocivo, sobre as condições de vida da população trabalhadora. Nem mesmo a ditadura militar ou os governos neoliberais das décadas passadas ousaram eliminar tantos direitos e garantias conquistados pela população (Araújo, Sobral e Ayres, 2018).

No entanto, as contribuições da merenda escolar não são suficientes para todos os problemas dos estudantes de baixa renda, e que é necessária intervenção das políticas públicas na realidade das famílias dos estudantes. Em suma, a segurança alimentar e nutricional é uma condição mínima para que as famílias de baixa renda possam superar a vulnerabilidade social.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise da insegurança alimentar na educação básica e as especificidades do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para a pandemia de COVID-19. Revelando uma interseção complexa entre questões de saúde pública, educação e segurança alimentar. A pandemia trouxe à tona desafios sem precedentes para o PNAE e, por extensão, para a garantia da alimentação adequada dos alunos.

Consequentemente uma análise de como a suspensão das aulas presenciais afetou diretamente a segurança alimentar dos estudantes mais vulneráveis. Isso pode ser apoiado por dados quantitativos e qualitativos sobre a extensão da insegurança alimentar durante uma pandemia, bem como seu impacto nas taxas de desnutrição e saúde das crianças e adolescentes.

A pesquisa foi capaz de explorar os obstáculos enfrentados pelo PNAE para adaptação durante a crise da COVID-19. Questões como logística, distribuição, orçamento e coordenação entre as diferentes esferas governamentais podem ser abordadas, realçando como esses fatores impactaram a capacidade do programa de alimentação aos estudantes. Deve-se avaliar a eficácia dessas alternativas, considerando aspectos como equidade, acessibilidade e qualidade nutricional.

O estudo também examinou como as desigualdades sociais preexistentes afetaram a capacidade dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica no acesso à alimentação durante a pandemia. Analisar as disparidades regionais, urbanas e rurais, bem como a eficácia das políticas públicas, pode enriquecer a discussão. Isso pode envolver propostas de flexibilidade orçamentária, estratégias de coordenação intergovernamental mais eficazes, uso de tecnologia para monitoramento e avaliação, entre outras.

Em futuras pesquisas é possível comparar o caso do Brasil com abordagens adotadas em outros países que podem enriquecer a análise. Examinar como diferentes sistemas educacionais e programas de alimentação escolar em acordo com a lei 11.947 de 16 de junho de 2009, responderam à pandemia pode fornecer informações valiosas sobre as melhores práticas e lições a serem consideradas. No entanto, é necessário abordar questões éticas e políticas subjacentes à insegurança alimentar na educação básica. Isso inclui considerar os direitos das crianças na lei

8.069 de 13 de julho de 1990, o papel do Estado na garantia de alimentação e educação, e como a pandemia ampliou as disparidades existentes.

De um modo geral, a pandemia de COVID-19 revelou uma série de impactos causados pela crise sanitária. A pandemia gerou uma interrupção abrupta das aulas presenciais e, conseqüentemente, afetou a operacionalização do PNAE e a segurança alimentar dos alunos. Durante a pandemia, houve um aumento substancial da insegurança alimentar entre os estudantes, especialmente entre aqueles que dependiam das refeições escolares como principal fonte de nutrição. A suspensão das aulas presenciais resultou na perda desse suporte alimentar essencial, expondo as vulnerabilidades existentes na sociedade.

Com o fechamento das escolas devido à crise sanitária em função do novo coronavírus, o fornecimento regular das refeições escolares foi interrompido. Isso afetou não apenas a nutrição dos alunos, mas também a rotina diária e a estrutura que muitas famílias confiavam para garantir que seus filhos recebessem refeições balanceadas. A logística de distribuição de alimentos, muitas vezes baseada na presença física dos alunos na escola, precisou ser repensada. Além disso, a disponibilidade de recursos financeiros e a coordenação entre os diferentes níveis de governo encontraram obstáculos importantes.

Diante das restrições impostas pela pandemia, surgiram alternativas para a distribuição de alimentos, como cestas básicas, *kits* de alimentos priorizando alimentos *in natura* e minimamente processados ou até mesmo recursos para comprarem alimentos. Medidas que não resolveram todos os problemas, mas poderia ter se estendido a todos os alunos. No entanto, a eficácia dessas alternativas varia de acordo com a região e a capacidade de implementação, a crise expôs e exacerbou as desigualdades já existentes na sociedade. Alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica foram os mais dependentes, tendo mais dificuldade em acessar os recursos alternativos de alimentação. As disparidades regionais também tiveram impacto nas respostas e na evolução das soluções integradas.

A questão não se limita apenas à distribuição de alimentos, mas também envolve aspectos como acesso à informação, suporte social e econômico, e políticas públicas integradas. Os resultados destacam a importância crucial do PNAE como um pilar na promoção da segurança alimentar entre os estudantes. O programa não apenas fornece nutrição adequada, mas também atua como um incentivo para a frequência escolar e o desenvolvimento educacional.

Em um mundo marcado por desafios sociais e complexos, a questão da insegurança alimentar e nutricional se destaca como uma prioridade inquestionável. Os resultados apresentados sobre a SAN demonstram uma realidade global que ainda enfrenta muitos desafios que afetam milhões de indivíduos. No Brasil, essa problemática se faz presente, principalmente entre famílias de baixa renda e nas regiões rurais.

A insegurança alimentar nas escolas públicas, como demonstrado, tem impactos profundos principalmente na educação e no desenvolvimento de crianças e adolescentes. A presença de alunos que enfrentam a falta de refeições é uma realidade e isso compromete sua capacidade de aprender e crescer de maneira saudável.

O PNAE surge como uma resposta concreta a esses desafios, seus resultados são inegáveis, além disso, ao incorporar alimentos da agricultura familiar, contribui para a sustentabilidade econômica e o desenvolvimento local. No entanto, a implementação do programa enfrenta obstáculos que vão desde questões de qualidade até problemas burocráticos. Superar esses desafios exige um esforço contínuo de aprimoramento e a busca por soluções inovadoras.

A literatura destaca o impacto profundo da pandemia na educação básica, incluindo o fechamento de escolas como medida de contenção da COVID-19. Esse fechamento teve instruções diretas para o acesso dos alunos à alimentação escolar fornecida pelo PNAE, ampliando a preocupação com a insegurança alimentar. A literatura examina as várias estratégias emergentes que foram integradas para abordar a interrupção das refeições escolares. A eficácia, desafios logísticos e equidade dessas alternativas são amplamente debatidos.

Os estudos identificam as desigualdades socioeconômicas preexistentes como um fator chave que influencia a capacidade dos alunos em situação de vulnerabilidade de acesso à alimentação durante a pandemia. As disparidades regionais e urbanas também são ressaltadas, destacando como esses fatores deram a resposta à insegurança alimentar.

Além dos efeitos imediatos da nutrição, na saúde, bem como no desempenho escolar dos estudantes. Muitos estudos são recomendados para aprimorar o PNAE e enfrentar a insegurança alimentar em crises futuras. Isso inclui sugestões para aprimorar a flexibilidade do programa, melhorar a coordenação entre os órgãos

governamentais e integrar abordagens multidisciplinares para garantir a segurança alimentar dos alunos.

Dada a importância do tema, torna-se necessário o desenvolvimento de projetos que possam desencadear a segurança alimentar para garantir uma educação de maior qualidade, que atendam às diferentes necessidades dos alunos. Considerando as diferenças regionais e culturais ao abordar esses conflitos. Isso pode incluir questões específicas não abordadas em profundidade pela atual pesquisa ou aspectos emergentes que ainda não foram estudados em detalhes.

Além de análises, incluindo as perspectivas de partes interessadas relevantes, como estudantes, professores, pais, nutricionistas, familiares, gestores de programas governamentais e ONGs, suas opiniões e experiências podem oferecer subsídios práticos valiosos. É necessário também uma análise de Impacto abrangente do PNAE, investigando não apenas a provisão de refeições, mas também os efeitos sobre a frequência escolar, o desempenho escolar, a saúde e o desenvolvimento das crianças e adolescentes. Isso pode fornecer lições valiosas para outros países que enfrentam desafios semelhantes.

Nesse sentido, a análise desses temas cruciais destaca a relação entre saúde, educação e desenvolvimento social. Uma contribuição significativa reside na conscientização sobre a complexidade dessas questões e na necessidade de abordagens integradas para enfrentá-las. A importância de compreender a fome e a má nutrição não apenas como problemas isolados, mas como partes de um sistema maior de desigualdades. Essa visão ampliada exige ações multidisciplinares, desde programas de transferência de renda até investimentos na agricultura sustentável, para garantir que as pessoas tenham acesso a alimentos saudáveis e nutritivos.

Ao explorar a insegurança alimentar na educação básica, fica claro que a falta de refeições adequadas não apenas compromete o desenvolvimento educacional, mas também perpetua os ciclos de vulnerabilidade socioeconômica. A contribuição aqui reside na defesa de uma abordagem qualitativa para a educação, onde as necessidades nutricionais das crianças e adolescentes sejam atendidas, permitindo que elas aproveitem ao máximo as oportunidades de aprendizado.

A interseção dos temas revela a importância de uma abordagem qualitativa para resolver desafios sociais complexos. A alimentação adequada não é apenas uma questão de saúde física, mas também uma base fundamental para o crescimento educacional, a igualdade e o desenvolvimento sustentável.

Nossa contribuição deve ser o reconhecimento de que esses temas não podem ser examinados individualmente. Deve-se considerar a segurança alimentar, a educação e a saúde como componentes essenciais para a superação da vulnerabilidade social. Isso exige o envolvimento de governos, instituições educacionais e da sociedade para implementar soluções eficazes. A pesquisa e a ação contínua nesses temas são necessárias para construir um futuro em que todas as crianças e adolescentes tenham acesso a refeições saudáveis, educação de qualidade e oportunidades iguais para prosperar.

Dessa forma, é preciso investir mais nos programas de Alimentação Escolar e torná-los adequados para garantir a implementação de uma alimentação escolar eficaz. Isso envolve a distribuição regular de refeições nutritivas nas escolas, priorizando alimentos frescos e locais sempre que possível.

Integrar a educação nutricional ao currículo escolar é crucial para ensinar estudantes e suas famílias sobre escolhas alimentares saudáveis, preparação de alimentos e nutrição balanceada. Isso capacita as pessoas a fazerem escolhas alimentares melhores.

Assistência Social e Redes de Segurança, além de desenvolver ou ampliar programas de assistência social que atendam às necessidades básicas das famílias em situação de vulnerabilidade em períodos de crise como a pandemia de COVID-19, incluindo acesso a alimentos. Isso pode incluir cestas básicas, garantia de alimentação ou benefícios financeiros.

Implementar sistemas de monitoramento estratégico para avaliar a eficácia dos programas de alimentação escolar e identificar áreas que precisam de melhorias. Promover políticas públicas que priorizem a segurança alimentar na educação básica e alocar recursos adequados para apoiar essas políticas dando ênfase as situações emergenciais.

Oferecer treinamento para professores e funcionários escolares sobre como identificar e lidar com alunos em situação de insegurança alimentar de maneira sensível e eficaz.

Realizar campanhas de conscientização sobre a importância da nutrição adequada e os impactos da insegurança alimentar na aprendizagem e no desenvolvimento infantil.

Fornecer apoio psicossocial a estudantes que possam estar enfrentando dificuldades emocionais devido à insegurança alimentar, e a pandemia de covid-19, de modo a garantir que eles tenham o suporte necessário para o seu bem-estar geral.

## REFERÊNCIAS

- ALTIERI, A Miguel. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. Revista NERA, Presidente Prudente, Ano 13, no. 16 pp. 22-32 Jan-jun./2010.
- AMARO, Sarita. **Serviço Social em escolas: fundamentos, processos e desafios** / Sarita Amaro. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. Bibliografia. 4ª reimpressão, 2022.
- AMORIM, A. L. B. DE .; RIBEIRO JUNIOR, J. R. S.; BANDONI, D. H.. **Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19**. Revista de Administração Pública, v. 54, n. 4, p. 1134–1145, jul. 2020.
- AMORIM, B, C. **Dieta, alimentação, nutrição e saúde [recurso eletrônico]**. Ponta Grossa: Aya, 2022. 211p. v.4
- ANDRADE, F. M. R. D.. **ESCOLAS DO CAMPO E INFRAESTRUTURA: ASPECTOS LEGAIS, PRECARIZAÇÃO E FECHAMENTO**. Educação em Revista, v. 36, p. e234776, 2020.
- ARAUJO, L. R. DA S. et al.. **Alimentação escolar e agricultura familiar: análise de recursos empregados na compra de alimentos**. Cadernos de Saúde Pública, v. 35, n. 11, p. e00004819, 2019.
- ARAÚJO, Raquel Dias; SOBRAL, Karine Martins; AYRES, Natália. **O conservadorismo e seus rebatimentos na educação brasileira**. Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx, v. 6, n. 10, p. 85-102, 2018.
- BANCO Central do Brasil: Publicações e pesquisa. In: **Estudos Especiais do Banco Central: Inflação por faixa de renda familiar em 2020**. 1.4. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/estudosoespeciais>. Acesso em: 25 set. 2023.
- BARBOSA, N. V. S. et al.. **Alimentação na escola e autonomia - desafios e possibilidades**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 18, n. 4, p. 937–945, abr. 2013.
- BESSA, Bráulio. **Poesia que transforma [recurso eletrônico]** / Bráulio Bessa. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Sextante, 2018. recurso digital: il.
- BEZERRA, J, A, B. **Alimentação e escola: significados e implicações curriculares da merenda escolar\***. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40 jan./abr. 2009.
- BOMBARDI, Larissa Mies. **Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro**. Direitos humanos no Brasil 2012: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Tradução . São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2012.



BRANDÃO, Pedro Paulo Souza; GOMES, Maria Rosilene Maués; BORGES, Carlos Nazareno Ferreira. **Ensino Remoto na perspectiva Freireana: limites e possibilidades para prática crítico-libertadora.** Filosofia e Educação, v. 13, n. 2, p. 2296-2322, 2021.

BRASIL. **LEI Nº 8.069, DE 13 JULHO DE 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 13 de julho de 1990.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, 15, set, 2006.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 11.947, DE JUNHO DE 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília, 16 de junho de 2009.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 13.987, DE 07 DE ABRIL DE 2020.** Brasília, 7 de abril de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 14.628, DE 20 DE JULHO DE 2023.** Brasília, 20 de Julho de 2023; 202º da Independência e 135º da República.

\_\_\_\_\_. **[Plano Nacional de Educação (PNE)].** Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico] : Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série legislação ; n. 125).

BUENO, M. C. et al.. **Insegurança alimentar e fatores sociais, econômicos e nutricionais em estudantes de escolas rurais.** Cadernos Saúde Coletiva, v. 29, n. 2, p. 153–162, set. 2021.

CAMARGO, J. M.. **Política social no Brasil: prioridades erradas, incentivos perversos.** São Paulo em Perspectiva, v. 18, n. 2, p. 68–77, abr. 2004.

CAMPOS, M. M.. **Educação e políticas de combate à pobreza.** Revista Brasileira de Educação, n. 24, p. 183–191, set. 2003.

CASAGRANDE, Solange; CANCELIER, Janete Webler; BELING, Helena Maria. **Programa nacional de alimentação escolar (PNAE): Contribuição na alimentação saudável escolar e promoção da agricultura familiar.** Brazilian Journal of Development, v. 7, n. 3, p. 25835-25849, 2021.

CASTRO, I. R. R. DE .. **A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição.** Cadernos de Saúde Pública, v. 35, n. 2, p. e00009919, 2019.

CASTRO, Josué, 1908-1973. C351g **Geografia da fome** : o dilema brasileiro : pão ou aço Josué de Castro. — Rio de Janeiro : Edições Antares, 1984.

CESAR, Josiane Tiborski et al. **Adesão à alimentação escolar e fatores associados em adolescentes de escolas públicas na região Sul do Brasil**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, p. 977-988, 2020.

COSTA, C. DO N. et al.. **Disponibilidade de alimentos na alimentação escolar de estudantes do ensino fundamental no âmbito do PNAE, na cidade de Codó, Maranhão**. *Cadernos Saúde Coletiva*, v. 25, n. 3, p. 348–354, jul. 2017.

DALL'AGNESE, Júlia; VIEIRA, Laura Morshak; GIRON, Heloísa. **PNAE como instrumento pedagógico de fomento à saúde na Educação Básica de jovens brasileiros**. *Cadernos do Aplicação*, v. 34, n. 2, 2021.

DEUS, C. DE .; SILVA, M. M. DA C.. **A atuação de nutricionistas no PNAE e seus efeitos sobre o desempenho escolar**. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 53, n. 2, p. 411–455, abr. 2023.

DIAS, Barbosa Luciana; ESCOUTO, Santos Fernando Luiz. **Um breve histórico sobre alimentação escolar no Brasil**. Faculdade de Ensino Superior do Interior Paulista, 2016.

Embrapa. **Visão 2030** : o futuro da agricultura brasileira. – Brasília, DF : Embrapa, 2018. 212 p. : il. color. ; 18,5 cm x 25,5 cm.

FBSSAN: Notícias. *In*: **FBSSAN e ASA apresentam levantamento sobre Alimentação Escolar na pandemia**. 1.5. [S. l.], 3 nov. 2020. Disponível em: <https://fbssan.org.br/2020/11/fbssan-e-asa-apresentam-levantamento-sobre-alimentacao-escolar-na-pandemia/>. Acesso em: 5 set. 2023.

FEITOSA, Almeida Claudio; MARQUES, de Sousa Guilherme. **Políticas públicas para consolidação da agricultura familiar no município de Araguaína Public policies for the consolidation of family farming in the municipality of Araguaína**. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 11, p. 103632-103644, 2021.

FERREIRA, Lizete Santana et al. **(In)segurança alimentar entre famílias de uma escola rural de um município da mesorregião Centro-Sul do Paraná pós pandemia da COVID-19**. *Segurança Alimentar e Nutricional* , v. e022038-e022038, 2022.

GALLINA, L. S. et al.. **Representações sobre segurança alimentar e nutricional nos discursos de um Conselho de Alimentação Escolar**. *Saúde e Sociedade*, v. 21, n. 1, p. 89–102, jan. 2012.

GOMES, da Silva Luziane et al. **Impactos do programa nacional de alimentação escolar (PNAE) sobre as escolas públicas no nordeste brasileiro**. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 52, n. 2, p. 103-120, 2021.

GOV.BR: **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. In: PNAE: O que é?. [S. l.], 19 set. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>. Acesso em: 19 set. 2023.

GURGEL, A. DO M. et al.. **Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 12, p. 4945–4956, dez. 2020.

HOFFMANN, R.. **Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil**. *Estudos Avançados*, v. 9, n. 24, p. 159–172, maio 1995.

LEITE, dos S, L, M. **Políticas públicas, agricultura familiar e sustentabilidade**. 1. ed. CLAEC e-book, 212p. Foz do Iguaçu, 2021

LIBERMANN, A. P.; BERTOLINI, G. R. F.. **Tendências de pesquisa em políticas públicas: uma avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, n. 11, p. 3533–3546, nov. 2015.

MATTEI, L.. **Emprego agrícola: cenários e tendências**. *Estudos Avançados*, v. 29, n. 85, p. 35–52, set. 2015.

MOURA, Terciana Vidal; NERI, Juliane Queiróz Muniz. **Gestão escolar, trabalho pedagógico e educação do campo: análise de um contexto**. *Revista de Políticas Públicas e Gestão Educacional (POLIGES)*, v. 2, n. 1, p. 240-264, 2021.

NUNES, Nathália César et al. **Reflexões sobre a comensalidade nas ações de assistência alimentar em tempos de Covid-19: uma vivência no Movimento Fazendinho**. *Revista de Alimentação e Cultura das Américas*, v. 2, n. 2, p. 274-286, 2020.

PAULI, Rita Inês Paetzhold et al. **Análise comparativa do desenvolvimento do PNAE entre as escolas estaduais e municipais de Santa Maria (RS) à luz dos elementos potenciais da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN): Comparative analysis of the PNAE development between the state and municipal schools of Santa Maria-RS with respect to the potential elements of Food and Nutritional Security (SAN)**. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 26, n. 2, p. 447-479, 2018.

PEIXINHO, A. M. L.. **A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 18, n. 4, p. 909–916, abr. 2013.

PENSSAN, Rede. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil (II VIGISAN): relatório final**. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar-PENSSAN. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022.

PEREIRA, Alessandra et al. **Desafios na execução do programa nacional de alimentação escolar durante a pandemia pela COVID-19**. *Brazilian journal of development*, v. 6, n. 8, p. 63268-63282, 2020.

PINHO, F, N, L, G; MARTINEZ, S, A. **REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA MERENDA ESCOLAR ATRAVÉS DAS FALAS DOS ALUNOS**. Revista Philologus, Ano 20, N° 60 Supl. 1: Anais da IX JNLFLP. Rio de Janeiro: CIFEFIL, set./dez.2014.

RAMOS, Lázaro Saluci et al. **A humanização da merenda escolar na promoção da saúde e da educação pública: uma breve revisão**. Revista Eletrônica Acervo Saúde, n. 44, p. e3137-e3137, 2020.

RIBEIRO-SILVA, R. DE C. et al.. **Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, n. 9, p. 3421–3430, set. 2020.

RIBEIRO, V. M.; VÓVIO, C. L.. **Desigualdade escolar e vulnerabilidade social no território \***. Educar em Revista, n. spe.2, p. 71–87, set. 2017.

ROCHA, M, A. **A cultura alimentar e a merenda escolar no em torno do Geopark Araripe**. (org.).-1.ed.- Curitiba: Appris, 2022.

RODRIGUES, E, I. **A Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais no Processo Educativo Escolar: Uma Experiência Inversa**. 1. ed. - ebook - Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2014.

RODRIGUES, W. **CONSTRUINDO O CONCEITO DE VULNERABILIDADE EDUCACIONAL**. Revista Panorâmica On-Line. Barra do Garças – MT, vol. 24, p. 151-160, jan./jun. 2018. ISSN - 2238-921-0

\_\_\_\_\_, W. **Lançando um olhar relacional para a vulnerabilidade educacional e a educação popular**. Revista Didática Sistêmica, v. 19, n. 1, p. 17-28, 2017.

ROSA, Carla de Oliveira Barbosa; MONTEIRO, Márcia Regina Pereira. **Unidades produtoras de refeições: uma visão prática**. Editora Rubio, 2014.

SALGADO, Bárbara Teles; DELGROSSI, Mauro Eduardo. **Segurança Alimentar e PNAE: o que mudou durante a pandemia?**. Segurança Alimentar e Nutricional, v. 29, p. e022005-e022005, 2022.

SALUTO, Douglas Rodrigues; RANGEL, Tauã Lima Verdán. **O programa de merenda escolar e a promoção do direito à alimentação no cenário da pandemia da COVID-19**. Boletim de Conjuntura (BOCA), v. 9, n. 25, p. 14-26, 2022.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al. **Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas, v. 1, p. 75-104, 2014.

SANTOS, Sérgio Ribeiro; COSTA, de Sousa Maria Bernadete; BANDEIRA, Torres de Paiva Geovanna. **As formas de gestão do programa nacional de alimentação escolar (PNAE)**. Revista de Salud Pública, v. 18, p. 311-320, 2016.

SANTOS, da Rocha Handresha, et al. **Geografia do consumo e o programa nacional de alimentação escolar (PNAE):** contribuições para a sustentabilidade e a segurança alimentar. *Brazilian Journal of Development*, v. 8, n. 1, p. 3421-3438, 2022.

SAWAYA, S. M.. **Desnutrição e baixo rendimento escolar:** contribuições críticas. *Estudos Avançados*, v. 20, n. 58, p. 133–146, set. 2006.

SILVA, E. O.; AMPARO-SANTOS, L.; SOARES, M. D.. **Alimentação escolar e constituição de identidades dos escolares:** da merenda para pobres ao direito à alimentação. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 34, n. 4, p. e00142617, 2018.

SILVA, Merian Correia. **Impactos da pandemia de COVID-19 na aprendizagem de crianças e adolescentes.** *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, v. 11, n. 5, pág. e47611527837-e47611527837, 2022.

SIQUEIRA, L, R; Milagres, de M, R, C, R. **Alimentação escolar [recurso eletrônico]:** da prática assistencialista ao direito humano à alimentação adequada / 1 livro eletrônico (pdf, 3,14 MB).- (Científica). Viçosa, MG: Ed. UFV, 2021.

SOARES, Simone Cesario; ROESLER, Marli Renate von Borstel. **A insegurança alimentar dos escolares em tempos de pandemia.** *Revista Quero Saber*, 2020.

SOUZA Jacinto de do Nascimento Bruna Fernanda, et al. **(In) segurança alimentar no Brasil no pré e pós pandemia da COVID-19:** reflexões e perspectivas:(In) segurança alimentar no pré e pós pandemia. *InterAmerican Journal of Medicine and Health*, v. 4, 2021.

SPERANDIO, Naiara; DE CASTRO MORAIS, Dayane. **Alimentação escolar no contexto de pandemia:** a ressignificação e o protagonismo do Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 28, p. e021006-e021006, 2021.

TONETTO, Josiane Kristy. **Desafios da educação básica no contexto da pandemia de covid-19:** impacto no desenvolvimento do currículo e na alimentação escolar. *Salão do Conhecimento*, v. 7, n. 7, 2021.

TURPIN, Maria Elena. **A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares.** *Segurança alimentar e nutricional*, v. 16, n. 2, p. 20-42, 2009.

VALADÃO, William Barbosa; SOUSA, Junia Marise Matos de; FREITAS, Alair Ferreira de. **“CAMPONÊS” OU “AGRICULTOR FAMILIAR”:** COMO OS AGRICULTORES PARTICIPANTES DO PNAE EM VIÇOSA-MG SE RECONHECEM. *Revista Grifos*, v. 31, n. 57, p. 01-25, 2022.

VENDRAMETTO, Oduvaldo. **Alimentação escolar:** Vamos colocar os pratos à mesa: uma obrigação do Estado, um dever da sociedade. *Blucher Open Access*, 2022.

VIEIRA, Eilamaria Libardoni; BASSO, David; KRÜGER, Nathalia Rosa. **PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR? PNAE: POLÍTICA PÚBLICA PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**. Salão do Conhecimento, v. 6, n. 6, 2020.

KROTH, D. C.; GEREMIA, D. S.; MUSSIO, B. R.. **Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma política pública saudável**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, n. 10, p. 4065–4076, out. 2020.

YANNOULAS, Silvia Cristina. **Política Social e Desigualdades: a educação em destaque**. Editora Appris, 2020.

YASBEK, M. C.. **O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras**. São Paulo em Perspectiva, v. 18, n. 2, p. 104–112, abr. 2004.